

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE,  
REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.

ATA Nº 043

PRESIDENTE - DEPUTADO ZÉ DOMINGOS FRAGA.

O SR. PRESIDENTE (ZE DOMINGOS FRAGA) -...Autoridades presente,  
Senhoras e Senhores, boa tarde!

Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública requerida junto à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária com objetivo de apresentar o Relatório de Cumprimento das Metas Fiscais, do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social relativas ao 2º Quadrimestre de 2016 pelo Senhor Seneri Paludo, Secretário de Estado de Fazenda, em cumprimento no que preceitua o § 4º do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Convido para compor a Mesa, Exmº Sr. Deputado Membro Titular da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Deputado Silvano Amaral; Convido também o Exmº Sr. Deputado Dilmar Dal Bosco, Líder do Governo, para que possa também compor esta Mesa; Convido também o eminente Deputado Carlos Avalone; Convido para compor a Mesa, Secretário de Estado de Fazenda, Seneri Paludo; Convido o Secretário de Estado de Planejamento, Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Convidamos a Promotora da Justiça e Secretária Geral da Administração do Ministério Público, Drª Anne Karine; Convidamos também o Secretário Adjunto do Tesouro da Secretaria de Estado e Fazenda, Carlos Rocha.

Composta a Mesa de Honra, convido a todos para que em posição de respeito possamos cantar o Hino Nacional Brasileiro.

(O HINO NACIONAL É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Agora, sim, convidamos mais uma vez o Exmº Sr. Secretário...

...s/asg...

1010au02.asg

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) -...Convidamos mais uma vez o Exmº Sr. Secretário de Estado de Planejamento, Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, para que possa compor o dispositivo oficial.

Já aproveito, falando em planejamento, eu quero aqui agradecer as presenças: Exmª Srª Roberta Maria Amaral de Castro Pinto Penna, Secretária-Adjunta de Orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento; nosso Consultor Legislativo do Núcleo Econômico que apoia a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Nasser Okde;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

cumprimento e ao mesmo tempo agradeço a presença do Sr. Oscarlino Alves de Arruda Júnior, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde e do Meio Ambiente; Sr. Orlando Francisco, Secretário de Finanças do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso - SINTEP; Sr. Ricardo Bertolini, Presidente do Sindicato dos Fiscais de Tributos Estaduais do Estado de Mato Grosso; Sr. Jorge **d'Loca Barros**, Presidente do Sindicato dos Assistentes Técnicos do Meio Ambiente do Estado; Sr. James Rachid Jaudy, Presidente da Associação dos Servidores da AGER e do Fórum Sindical dos Servidores do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso; Sr. Jonas Alves de Souza, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Cuiabá e da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Mato Grosso; Prefeito eleito de Nobres que é mais bonito do que lindo, Sr. Leocir Hanel, muito obrigado pela presença e desejamos sucesso a Vossa Excelência; Sr. João Bosco Griggi Borralho, Vice-Presidente do Sindicato dos Profissionais de Tributação, Arrecadação e Fiscalização de Mato Grosso; Sr. Carlos Alberto Eilert, Conselheiro Estadual de Saúde; Sr. Paulo Cesar de Souza, Presidente do Sindicato do Sistema Sócio-educativo de Mato Grosso. Muito obrigado pelas presenças.

Agradecemos a presença dos servidores e técnicos da SEFAZ; agradecemos a presença da imprensa em geral; agradecemos a presença dos servidores da FAMATO...s/dmm

1010au03.dmm

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) -...a presença dos servidores da FAMATO.

Muito obrigado pela presença.

Agradecemos ainda a presença dos servidores do Controle Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Antes de passarmos a palavra ao Secretário de Estado de Fazenda, eu informo se caso haja interesse de alguém da plateia em interpelar o palestrante, poderá fazê-lo com prévia inscrição junto ao Cerimonial, pelo prazo de três minutos estritamente sobre o assunto conforme o que preceitua o Regimento Interno desta Casa, e o interpelado terá três minutos para a resposta.

Agradeço a presença da equipe do Governo, tanto na pessoa do Secretário de Estado de Fazenda quanto na pessoa do Secretário de Estado de Planejamento, que atendendo um preceito constitucional comparecem a esta Casa, através de Audiência Pública, para que possam prestar conta do 2º Quadrimestre. 2º Quadrimestre esse que se você for analisar os números em relação ao Quadrimestre passado, é bastante positivo, mas estamos muito além daquilo que a sociedade mato-grossense com certeza gostaria de recebê-lo na tarde de hoje. Ainda é bastante preocupante, até porque as despesas, nós percebemos, em que pese que em números reais não foi inferior ao 1º Quadrimestre, mas em termos percentuais houve uma redução nas despesas, houve uma diminuição nas despesas, as receitas cresceram em relação ao 1º Quadrimestre, em relação ao mesmo período do exercício passado, mas infelizmente ainda não conseguimos adequar a casa dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal com relação ao gasto com pessoal. E isso, Srs. Secretários de Planejamento e de Fazenda, nos preocupa, porque no 1º Quadrimestre houve um esforço e no 2º Quadrimestre houve um esforço por parte do Governo, mas infelizmente ainda não foi possível adequarmos haja vista que só temos mais um Quadrimestre pela frente para que possamos cumprir com esse dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Eu convido o Deputado Valdir Barranco para que nos dê a honra, pela primeira vez, demorou, mas ates tarde do que nunca, para que Vossa Excelência possa contribuir com esta Audiência...

...S/TMR

1010au04.tmr

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - ... para que Vossa Excelência possa contribuir com essa Audiência Pública colocando um pouquinho do seu conhecimento, da sua experiência a favor do povo mato-grossense especificamente via essa Audiência Pública.

Então, quero convidar o Secretário de Fazenda, Seneri Paludo, para que num prazo de quinze minutos o mesmo possa fazer a sua explanação.

Com a palavra o Secretário Seneri Paludo, que dispõe de vinte minutos.

O SR. SENERI PALUDO - Eu vou fazer só uma introdução rápida, e depois, vou passar ao Carlos Rocha.

Boa tarde a todos, Deputados, é um prazer estar aqui novamente, como um profundo entendedor que Vossa Excelência, Deputado Zé Domingos Fraga, Vossa Excelência já deu *en passant* geral sobre os números do Estado em relação ao 2º Quadrimestre.

Eu acho que Vossa Excelência foi muito feliz em colocar especificamente um ponto que é apesar dos números nesse 2º Quadrimestre em alguns números mostrando alguma melhora em relação ao 1º Quadrimestre. Ainda estamos longo na questão da saúde financeira do Estado, o que gostaria de estar aqui numa situação melhor. As contas ainda apresentam muito apertadas, nós vamos ter oportunidade agora de discutirmos um pouquinho dos números, apresentar os números mais amiúdes para irmos depois para um debate.

Só queria colocar essa breve introdução e também dizer como tradicionalmente é feito. E pedir para nós passarmos ao Secretário do Tesouro do Estado de Mato Grosso, Carlos Rocha, para ele fazer a explanação e apresentação com todos os números e depois esclarecermos toda e qualquer dúvida em relação a esses dados do 2º Quadrimestre de 2016.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Secretário Seneri Paludo!

E passo a palavra ao Secretário-adjunto, Carlos Rocha, que dispõe de vinte minutos para explicar, Secretário, explanar para os Srs. Deputados, para a plateia que está prestigiando a nossa Audiência Pública sobre esse 2º Quadrimestre.

O SR. CARLOS ANTÔNIO ROCHA - Boa a tarde a todos!

Iremos fazer uma apresentação, Sr. Presidente, de uma forma bem objetiva.

O meu nome é Carlos Rocha. Estou Secretário-adjunto do Tesouro, mas sou Fiscal da Secretaria da Fazenda, eu trabalho na Secretaria de Fazenda desde 1985.

Estaremos fazendo a leitura dos números e faremos uma leitura bem objetiva, impessoal dos números. A cada leitura, daremos a interpretação que ele nos traz.

Uma breve contextualização.

Nós temos aqui receita e despesa e os indicadores.

Receita e despesa têm um elemento básico que .../nns

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

1010au05.nns

O SR. CARLOS ROCHA - ... Receita e Despesa; e os indicadores.

Receita e despesa têm um elemento básico que é a Lei 4.320, que estabelece os critérios formais de execução dos atos e fatos relativos à receita e despesa ocultas.

Também a Lei 101, Lei de Responsabilidade Fiscal e outros regramentos que norteiam uma leitura dos números da administração pública que trazem indicadores para que venhamos a fazer a avaliação da execução fiscal.

Não tem como, os números evidenciam o que está acontecendo de fato, não se trata, em especial, de trazer um receituário, mas trazer elementos para que as discussões ocorram e tirem-se as melhores conclusões e melhores institutos que norteiam esta execução.

Vamos abrir a Receita.

A Receita Pública do segundo quadrimestre compreendidos os meses de janeiro a agosto de 2016 de todo o Estado, compreendendo os poderes, demais órgãos, olhando o orçamentário bruto, farei uma comparação com o exercício anterior, que é a informação mais razoável e temos aqui o que foi orçado.

Se olharmos o crescimento da Receita Orçamentária Bruta, teve um crescimento de 19%, vamos olhar as deduções de 10%, por quê?

Como a inflação do ano anterior foi aproximadamente 10 a tendência é que as deduções de municípios para o Fundeb fiquem próximas a esses 10% não houveram nenhuma variação.

Na Receita Orçamentária Líquida, tivemos um crescimento compreendido em 23%, chamo a atenção dos Srs. para a receita intraorçamentária, uma previsão, uma execução de 1.216, em 2016, e uma execução de 993.

Boa parte deste forte crescimento que estivemos na receita intraorçamentária refere-se aos repasses de obrigações sociais que são feitos em favor da Previdência. Isto é sinônimo de que obrigações sociais, que entram como receita orçamentária na Previdência cresceu boa parte destes números, 23%.

Vamos abrir a Receita Orçamentária Bruta.

Receita Orçamentária Bruta, quando começamos a decompor estes dados, passamos a ter uma visão mais consistente dos números...

S/drm

1010au06.drm

O SR. CARLOS ANTÔNIO ROCHA -... começamos a decompor estes dados aí sim, passamos ter uma visão mais consistente dos números, a Receita Corrente cresceu na ordem de 14,9%, a Receita de Capital nós vemos aqui um valor expressivo em relação a 2015. Não executamos quase nada em 2015, em 2016 no que tange a receita de capital executamos 388 (trezentos e oitenta e oito), entrou um pouco mais de recursos este ano durante os meses de janeiro a agosto no âmbito das operações em capitais.

A transferência de capital também teve um acréscimo, mas se nós olharmos aqui o que foi programado orçamentariamente o valor é negativo, na verdade nós prevíamos executar 544 milhões e só executamos 368, uma razão não foi executada, mas vamos falar sobre isso depois.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Outras Receitas Correntes também tivemos uma forte frustração, boa parte dessa frustração tínhamos a expectativa que entrasse um pouco mais de recursos dos depósitos judiciais, mas os valores que entraram foram poucos, foram só a partir do mês de abril ou maio.

Se abrimos a nossa receita tributaria, a receita própria, vamos abrir aqui para ver como se comportou a receita própria do Governo, olhando aqui o ICMS tivemos um crescimento real, um crescimento nominal de 13,9%, e aproximadamente um crescimento real de 2%.

No IPVA 7,1, se nós tivemos uma inflação de 10% é sinal que em termos nominais, o IPVA cresceu menos que a inflação, o significa isso? Estão vendendo veículos por sua vez está se pagando menos IPVA.

Imposto de Renda intercedeu em um crescimento significativo, Imposto de Renda 39,7%, esse imposto de renda ele é reflexo do forte crescimento das obrigações com folha, com forte crescimento das obrigações com folha se espelha que 38,1% é o crescimento do imposto de renda.

Olhando as taxa ela foi faustamente também, menos 9,8. Então, o desempenho que é mais representativo no âmbito da receita própria é o ICMS, porque ele representa, ele constitui boa parte da receita nominal do Estado, 13,9%. Se olharmos aqui transferência corrente, aparentemente cresceu bastante, mas quando abrimos aqui, vamos ver o que aconteceu de fato.

O Fundo de Participação do Estado, que nos é repassado pela União, a titulo da razão que o Estado tem dos tributos federais, menos 0,3 uma queda de aproximadamente quase 11% no repasse federal...s/cms...

1010au007.cms

O SR. CARLOS ANTÔNIO ROCHA - ...0,3, uma queda de aproximadamente 11% nos repasses federais.

Só o mês passado a queda foi em torno de sessenta e dois milhões, prevíamos um valor que se frustrou na ordem de sessenta e dois milhões. Então, menos 10% no FPE. Se nós pularmos aqui para o IPI, menos 22%. Isso aqui é o que? Isso é sinônimo de crise nas finanças da União.

O nosso crescimento no âmbito das transferências correntes foram significativas por causa do FEX. O FEX entrou entre os meses de abril, maio e junho. Então, nós pegamos o valor representativo do FEX, é por isso que a nossa receita cresceu bastante.

Se olharmos aqui o SUS, prevíamos executar na ordem de cento e sessenta e quatro, executamos cento e cinquenta e sete, ou seja, a União nos passou menos recurso do SUS. A transferência da União para atender as demandas de saúde foram inferiores as transferências do ano passado. Quando isso ocorre, boa parte do atendimento da demanda de saúde que deveria ser feita com recursos oriundos da União passou a ser feito com recurso próprio do Estado. Mas, estamos vendo uma forte crise na área da saúde porque há uma grande sobrecarga nas finanças do Estado pela frustração de repasses federais, repasses voluntários federais.

Convênios, se observarmos o plano passado em relação a este ano foi até positivo em 20,8. Mas, se olharmos o que foi programado, foi menos 62%. Em resumo, a crise afetou fortemente a receita da União, por sua vez a transferência que nos é feita ficou prejudicada também.

Receita de capital, a receita de capital nós vamos observar também uma forte frustração, uma forte frustração nela de 44,3%. Quando nós olhamos no slide anterior o crescimento lá foi na ordem de 19%. Mas, quando detalhamos esse crescimento fazendo a decomposição de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

receita corrente, receita de capital, nós vemos que houve uma forte frustração no âmbito das transferências da receita corrente no que tange a recursos federais, FPE, IPI e repasses do SUS.

As despesas, na mesma ordem as despesas do quadrimestre 2016 se desdobra em despesas correntes e de capital. Olhando aqui nós vemos claro que as despesas cresceram 15,6%, 15,6%...  
...s/rof...

1010au08.rof

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA - ...as despesas cresceram 15,6% contas correntes. Olhos voltados para as despesas de pessoas e encargos que cresceu 19%.

Este crescimento de 19%, vamos abrir aqui, por favor. Este gráfico nós traz o que ocorreu de 2013 até 2016, nós tivemos um crescimento na receita de 2013 superior a despesa de pessoal. Mas em 2014, 2015, 2016 houve uma inversão, a receita está sistematicamente inferior ao crescimento da despesa de pessoal.

Volta por favor. Vamos entrar aqui. Aqui, por gentileza.

O que nos chama a atenção neste gráfico. O gráfico deixa os olhos do tesouro do Estado muito preocupado. A cada cem reais na execução da despesa pública, setenta reais foram executadas com pessoal e encargos.

Nós desenvolvemos um trabalho em nível estadual e os indicadores ideais para execução da despesa de pessoal para fazer com que a saúde financeira do Estado esteja bem refletida, seria na ordem de 55%. Hoje nós estamos executando na ordem de 15% a mais nas despesas e encargos sociais. Se este valor é muito maior, naturalmente vou gastar muito menos com outras despesas correntes. Nós gastamos 18% no primeiro quadrimestre, mas o ideal seria 23%.

As políticas públicas são executadas basicamente aqui. Especialmente as políticas públicas de saúde, segurança e educação.

Quando nós diminuimos o volume de recursos destinados ao ODC e outras despesas correntes, isto significa menor capacidade que o Estado tem de fazer frente as políticas públicas, especialmente o poder executivo.

Executamos serviço da dívida 8%, em média a execução de serviço da dívida, ela fica em torno de 10%, estamos abaixo, estamos bem.

Mas se olharmos aqui o ideal de investimento seria de executar 12% e executamos somente 4%.

O aumento significativo na despesa com pessoal expõe e fragiliza as políticas públicas e restringe, limita as políticas de investimento dos entes públicos e diminui a capacidade de endividamento do Estado, ou seja, nós temos menos recursos para fazer frente às obrigações com juros e amortização.

Juros e encargos...S/lcb

1010au09.lcb

O SR. CARLOS ROCHA-...e amortização.

Juros e encargos, nós veremos aqui que nesse período de janeiro a agosto foi até inferior porque o Estado conseguiu renegociar, e nós vemos que em termos nominais gastamos menos este ano que no ano passado, menos 14%. No que tange a amortização ela foi um pouco, ela cresceu em termos nominais 7,8% se comparado, mas se a inflação for dez o montante foi até inferior.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Vamos abrir aqui só para ter uma compreensão do agregado, olhando aqui o agregado veremos que durante 2015 gastamos seiscentos e sessenta e um milhões, e durante o exercício 2016, agosto, gastamos seiscentos e quarenta e seis milhões 2-2,2%, ou seja, 14,7% a menos.

Tivemos graves prejuízos na realização dos investimentos. Nós prevíamos realizar um bilhão, cento e noventa e quatro milhões, e somente realizamos trezentos e quarenta. É o que nós falamos. Quando há uma sobrecarga de ODC, você restringe e limita execução de investimento. E se ocorreu investimento, ele foi mais produto da execução financeira de recursos oriundos de empréstimo do que de recurso próprio, porque as finanças do Estado dificulta a execução dessas despesas no âmbito de investimento.

Agora vamos fazer uma leitura dos indicadores, como se encontram os indicadores da avaliação fiscal.

Esses indicadores reportam a números baseado na Lei de Responsabilidade Fiscal e nos programas de ajuste fiscal. Resultado orçamentário financeiro, ele foi superavitado em um bi, zero quarenta e quatro. Nós tivemos uma receita total de dez e seiscentos, uma despesa de nove e quinhentos. Esse resultado *superávit* se dá durante o exercício porque boa parte da despesa está em execução, está em liquidação, não foi aferida pelos ordenadores. Então, veremos que em boa parte desses valores de *superávit*, eles acabam sendo zerados ao final do exercício porque aí os ordenadores vão liquidando e pagando, e nós vamos igualando esse número aqui entre receita total e despesa total, porque em regra o orçamento ele tende ao equilíbrio.

Nós vamos ver aqui no resultado primário que tivemos que fazer um superávit de um bi, cento e cinquenta. Um bi, cento e cinquenta o superávit primário ele é mais a necessidade financeira que o Estado tem para fazer frente as obrigações com dívida. Tivemos uma obrigação com dívida de seiscentos e cinquenta...

...s/asg...

1010au10.asg

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA -...Nós tivemos uma obrigação com Dívida de seiscentos e cinquenta milhões, parte dessas obrigações que foram bancadas com resultado primário são Restos a Pagar - RP, sem lastros que foram pagos pelo Governo.

Olhando na Dívida Consolidada, eu quero chamar atenção dos senhores: seis bilhões, novecentos e vinte e um milhões; a nossa Dívida está a 35,46% da Receita Corrente Líquida; a nossa Dívida é muito confortável para o Poder Executivo.

O nosso PIB na ordem de cem bilhões e a nossa Dívida 6,9%. O nosso endividamento é muito baixo.

As disponibilidades dos Poderes, nós estamos com dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e um milhões... Dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e um milhões, Disponibilidade de Caixa Bruto.

Vamos ver aqui que tem até uma ressalva da Assembleia Legislativa que nos apresentam um número na ordem de quarenta e sete bilhões de reais e não trezentos e dezessete milhões. Esta informação está no FIPLAN, nós trazemos aqui a informação apesar de que está bem pequena. Eles nos pediram para informar: ao final do mês de agosto esses números estavam em quarenta e sete bilhões, conforme está aqui. Porém, dentro do FIPLAN, trezentos e dezessete milhões; Tribunal de Contas do Estado - TCE, vinte e seis milhões; Poder Judiciário, quinhentos e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

oitenta e quatro milhões; Ministério Público, cento e cinco milhões; e o Poder Executivo, um bilhão, quinhentos e setenta e quatro milhões.

Quando nós olhamos esse valor do Poder Executivo de um bilhão, quinhentos e setenta e quatro milhões, deve se chamar atenção destes dois itens aqui. Aqui são disponibilidades que o Poder Executivo não tem acesso a ela que são as Contas de Convênio e Contas Especiais.

O que efetivamente está no Caixa do Tesouro ou esteve no Caixa do Tesouro em 31 de agosto é quatro milhões, setecentos mil.

Nós tínhamos na Conta de Arrecadação oitenta milhões, mas o Tesouro do Estado chegou ao final do mês com quatro milhões, setecentos mil de reais.

Os nossos gastos, a nossa Dívida Consolidada, quatro bilhões, quinhentos e quarenta e dois milhões que é essa equação feita entre os valores e as disponibilidades.

O gasto com Saúde já excedeu ao mínimo previsto de 12,8% e com a Educação está em 23,9%, devendo chegar até 25%, e certamente iremos chegar até superior a isso.

As Despesas com o Pessoal do Poder Executivo, 50,61%. Nós estamos acima do limite prudencial. Nós deveríamos estar abaixo de 46,55%, estamos em 50,61%. Temos que até 31 de dezembro estar abaixo de 49%.

Os demais Poderes estão em situação confortável. Aqui eu quero exaltar o número bem favorável do Poder Judiciário que está abaixo do limite....s/dmm

1010au11.dmm

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA -...aqui eu quero exaltar o número bem favorável do Poder Judiciário, que está abaixo do limite de alerta. Dos Poderes, o que está mais confortável no que tange à execução de despesa com pessoal, é o Poder Judiciário. Os demais Poderes estão em situação confortável, mas estão próximos também da linha de perigo na execução de despesa com pessoal.

Enfim, esta é a apresentação do 2º Quadrimestre, os números deixam claro, o Estado está vivendo um momento difícil já há algum tempo, nós apresentamos os números e a preocupação do Tesouro gira em torno da capacidade que o Poder Executivo, em especial, precisa ter para honrar as obrigações no que tange aos repasses para os Poderes, execução das despesas vinculadas, repasse para as unidades para fazer frente a ODCs, investimentos e hoje os números são esses. Não dá para dizer o que deve ser feito, o que é ideal. Esses números chegam a esta Casa de Leis para provocar o debate e a partir daqui chegarmos a institutos, a instrumentos ou a legislações que favoreçam a execução da receita e da despesa pública de uma forma melhor.

O que devemos deixar bem claro é que há duas vias para você fazer frente a esse forte crescimento e a forte obrigação com despesa. Uma das vias é o aumento da receita. O País, hoje, tributa em torno de 33 próximo a 34% do PIB. Nós estamos tributando isso. Ou seja, a cada cem reais que gera no País, 33 próximo a 34% entra para os entes públicos para a realização da despesa pública.

A sociedade reluta em aumentar. O sentido tem sido na ordem de conter e de fazer frente ao crescimento da despesa pública. Este é um debate bom porque o Tesouro apresenta informação contábil à sociedade. A sociedade precisa estar atenta. A partir desse número vem as grandes discussões, essas grandes discussões precisam ser feitas com olhos para os números, porque alguém vai dizer que é “a” e o outro vai dizer que é “b”, e a sociedade precisa saber quem está



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

falando a verdade e quem está falando meia verdade ou quem está falando aquilo que satisfaça os seus próprios interesses e não o interesse comum.

O Tesouro apresenta e agradece a oportunidade de levar a toda sociedade relativa à receita, à despesa e aos indicadores da execução da receita e da despesa pública.

Muito obrigado a todos! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Secretário Carlos Rocha...

...S/TMR

1010aau12.tmr

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - ... Obrigado, Secretário Carlos Rocha, pela apresentação simples, mas de fácil compreensão pelos Srs. Deputados e também pelo público presente.

Dando continuidade a nossa Audiência Pública, eu pergunto ao Secretário Seneri Paulo se quer fazer alguma complementação, Secretário?

Com a palavra, o Secretário Seneri Paludo.

O SR. SENERI PALUDO - Deputado, eu quero só ressaltar nessa apresentação toda três pontos.

O primeiro ponto, que eu acho importante ressaltar, que é um problema de Estado, ou seja, não é um problema de Executivo. Foi muito bem colocado pelo Secretário Carlos Rocha é a questão nossa da folha que já está batendo mais de do que 50% ou 50,46% da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por que isso é preocupante?

Porque como foi colocado pelo Secretário-adjunto do Tesouro, Carlos Rocha, nós temos que enquadrar daqui até o final do ano em 49%. Ou seja, por que isso?

Porque se nós não enquadrarmos nos 49%, nós, o Estado começa a ter sanções do Governo Federal como retenção de repasses, como outros problemas de não acessar novos recursos de capital, e assim vai. Então, esse é o principal ponto, o principal esforço da equipe econômica daqui até o final do ano. Ou seja, nós encaixarmos na Lei de Responsabilidade Fiscal e volta 49%. Para isso, têm dois fatores.

Um fator de novo especificamente o código de despesa neste caso especificamente com folha, nós não temos muito margem de manobra; e o outro é aumento de receita. Por isso que vemos constantemente colocando da importância do trabalho e da gestão junto ao Governo Federal. Seja com os valores de repatriação, seja com os valores do FEX, seja com valores de alguma repatriação especial, que venha para o Estado e também no âmbito do Estado de Mato Grosso, que é fortalecer cada vez mais a fiscalização. Como vocês puderam ver nos números o ICMS do Estado, ou seja, aquilo que cabe na parte nossa, do nosso latifúndio, vamos dizer assim, nós temos consistentemente aumentando as arrecadações específicas de ICMS como foi demonstrado, inclusive acima até do valor da inflação, mas não nos resta outra opção daqui até o final do ano para enquadrar na Lei de Responsabilidade Fiscal se não aumento de receita. Por isso que esse trabalho muito forte do Governador Pedro Taques vem fazendo junto ao Governo Federal para repassar o FEX, para repassar a repatriação, para repassar a questão de um fundo emergencial que está sendo discutido com todos os outros Estados para podermos ter esse equilíbrio nas contas do Estado.

Segundo ponto, Deputado Zé Domingos Fraga, que quero também reforçar colocar especificamente em relação à redução.../nns

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

1010au13.nns

O SR. SENERI PALUDO - ... ponto, Deputado Zé Domingos Fraga, que quero reforçar é colocar especificamente com relação à redução dos repasses que estão oriundos do Governo Federal também para o Estado de Mato Grosso, ou seja, não estou falando só da questão do recurso de FPEs, mas também dos valores que são repasses obrigatórios como o IPI, como FPE, como o SUS que tem reduzido sistematicamente.

Na ponta final ou no final do dia, o cidadão não está preocupado se o dinheiro é do Governo Federal, do Governo do Estado ou do Município. Ele quer que tenha medicamento, que tenha um médico no hospital, que tenha todo este processo.

Isto está gerando uma pressão maior, Deputado, sobre as contas do tesouro. Só para colocar os dados, o orçamento do tesouro especificamente para a saúde, o seu custeio que era, no ano passado, de 35 milhões de reais. Este momento já chega na ordem mensal de 65 milhões de reais, ou seja, 30 milhões a mais que o tesouro do Estado tem que tirar do bolso e colocar na saúde para mantê-la nos mesmo níveis que são do ano passado e são longe ainda do que desejaríamos como população, como cidadãos do Estado de Mato Grosso.

E o terceiro ponto, Deputado, que acho muito bem colocado pelo Secretário Adjunto Carlos Rocha com relação às despesas do Estado, no gráfico.

Até se pudesse voltar aquele gráfico que mostra a avaliação de despesa com o pessoal e a Receita Tributária, se puder ir um pouco para frente. É este gráfico, especificamente.

Nenhuma empresa, nenhum Estado, nenhuma unidade orçamentária sobrevive gastando mais do que arrecada e temos, constantemente, pelo menos há três anos, ou seja, desde o ano de 2013, 2014, 2015 foram assim, de 2016 está assim, de 2017 ainda será maior.

Se acompanharmos até a LOA em que se tem a receita aumentando da base deste ano de 15%, enquanto a despesa com folha aumenta 19,5%, ou seja, é uma conta que há três anos já não fecha e o Estado não consegue mais equilibrar estas contas.

Pode-se falar que realmente, no ano passado, subiu 16% e a receita subiu 8%, mas este ano, vamos dizer o CAP, o buraco está menor, mas já colocamos isto há algum tempo.

Chegamos a um limite do que o caixa já aguenta e já gera problemas como temos acompanhado no fluxo de caixa. Por isso precisamos equalizar esta conta sobre qualquer peso. Senão podemos esperar no ano de 2017...

S/ drm

1010au14.drm

O SR. SENERI PALUDO -...se não podemos gerar no ano de 2007, um ano ainda mais difícil que foi o fluxo de caixa de 2016 e 2015, porque nós precisamos fazer esforços necessários para essa conta voltar a ser positiva.então, esses três pontos só Deputado que eu queria salientar que são pontos de importância que nós temos que fazer a nossa lição de casa como Estado o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Seneri Paludo, registro a presença do Joel Júnior da Silva, Vereador do Município de Nobres, registro também a presença de João Batista Pereira de Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários de Mato Grosso.

Passo a palavra agora ao Secretário de Planejamento Gustavo Oliveira.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos.

Boa Tarde Deputado Zé Domingos Fraga, Deputado Carlos Avalone, Deputado Valdir Barranco, um prazer poder estar aqui nesta tarde falando um pouco sob o cenário fiscal do Estado de Mato Grosso junto com colegas da Secretaria de Estado de Fazenda.

Quero rapidamente chamar atenção para alguns pontos que creio que seja alguns pontos que merecem a nossa maior atenção.

Primeiro uma tendência cada vez maior de se pressionar a chamada Fonte 100, conta única do Estado, isso é um fato que vem ocorrendo já alguns tempo, as pessoas orçamentária ano a ano elas mostram cada vez mais uma restrição do espaço fiscal da fonte única do Estado fonte 100, isso basicamente sendo pressionado primeiro por uma combinação terrível que é um crescimento econômico baixo, com uma infração muito alta.

Isso faz com que arrecadação do Estado cresça menos do que a pressão dos custos, e aí nós temos as despesa corrente do Estado pressionados pela infração, os custos com pessoal e encargos pressionados pela inflação, e principalmente um aumento de demanda por parte da sociedade que já não cabem dentro da peça orçamentária.

O resumo disso é o Estado Brasileiro caminha para o colapso porque o Estado Brasileiro como um todo, Governo Federal, Governo estaduais, prefeituras, talvez as prefeituras tenham sido a primeira a sentir muito tempo, mas as demandas não consegue ser supridas pelo orçamento, isso é um fato em diversos municípios brasileiros há muito tempo, mas como a união e os estados estavam mais fortalecidos eles conseguiam de alguma forma tampar esses buracos que apareciam na conta. Agora não acontece mais isso, o colapso é sistêmico, o Governo Federal teve que dar uma freada de arrumação, o déficit fiscal federal aumenta ano a ano...s/cms...

1010au015.cms

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ...teve que dar uma freada de arrumação, o déficit fiscal federal aumenta ano a ano e isso num efeito cascata, nessa freada do governo federal os estados foram empurrados a um espaço orçamentário cada vez menor.

Os repasses da União caem, isso é um fato, estão aí provados os números que não nos deixam mentir e tantos avais da Secretaria do Tesouro Nacional para que nós possamos contrair empréstimos e temos espaço fiscal para isso, o Secretário Carlos Rocha demonstrou isso muito bem. Então, outro elemento que poderia ajudar a reativar a economia que seria receber receitas de capital para investir e com isso ativar a economia local, também está restrito porque simplesmente a Secretaria do Tesouro Nacional diz que enquanto não houver espaço fiscal no orçamento da União, não irá conceder aval aos estados para que eles tomem essas operações de créditos.

Apenas em duas operações nós temos mais de setecentos e vinte milhões parados, uma operação já pré-aprovada com *rating* ótimo, está estacionada há mais de dois anos na Secretaria do Tesouro Nacional por falta de aval. Isso é dinheiro que poderia estar aqui no Estado se convertendo em obras, ativando a economia e ajudando no contexto geral.

Mas, basicamente a condenação disso que eu disse, inflação alta, crescimento econômico baixo e pouca capacidade de socorro da União aos estados nos acende outra luz amarela, talvez, vermelha, Deputados, precisamos mais do que nunca discutir a eficiência pública. Há muito pouco espaço para que se possa criar novos impostos, isso é um fato, a economia privada do País não vai bem, o setor privado suporta muito pouco, raríssimas exceções pontuais eu diria suportam

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

aumento de carga. Isso já não é mais tão possível quanto há dez anos e essa formula chega no limite e ela se esgota.

Se nós não nos debruçarmos na questão da eficiência pública, da eficiência do gasto público, nós podemos temporariamente cair no erro de aumentar impostos, achar uma saída fácil e daqui a um ano ou dois, três, estaremos novamente debatendo o mesmo problema que é a expansão desenfreada do gasto público. Digo isso e ilustro com dois exemplos muito claros, Mato Grosso tem no seu orçamento do Sistema de Saúde Pública, digo do total orçado pelo número de habitantes, um número que oscila entre trezentos e trezentos e cinquenta reais por habitante, dependendo de como é feita essa conta e da flutuação anual. Isso já é evidente não é suficiente para as demandas da de saúde pública no Estado de Mato Grosso.

O alarmante é que Brasília gasta mais de oitocentos reais por habitantes e nem lá a saúde vai bem. Se nós fizermos essa conta, como sabemos que os estados têm que investir...  
...s/rof...

1010au16.rof

O SR. GUSTAVO DE OLIVEIRA - ...nem lá a saúde vai bem.

Se nós fizermos esta conta como sabemos que os Estados te que investir 12,5% da sua receita corrente líquida minimamente em saúde. Se nós olharmos os conjuntos dos Estados, nós chegaremos à conclusão rapidamente, que mais dinheiro não é a solução, o que precisa é discutir a eficiência. A mesma coisa vale para a educação, a mesma coisa vale para a segurança.

Tendo dito isso o que eu quero brevemente pontuar, é que muito mais do que olhar e compreender os números que a Secretaria de Fazenda nos dispõe aqui hoje Deputado, é urgente que nós comecemos a discutir que tipo de Estado nós queremos, qual o grau de eficiência deste Estado, como vamos avançar nesta agenda.

Não nos parece razoável que soluções temporárias que podem ser tomadas, a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê algumas, existe soluções em todas as áreas de aumento da carga tributária em alguns setores, criação de novos impostos, tudo isto são soluções temporárias que não irão resolver em definitivo que é a grande expansão de gasto público.

Nós precisamos nos antecipar a este debate antes que alguém venha e de maneira atabalhoada, proponha medidas que irão ser contra aos interesses da sociedade. Para isto contamos com esta Casa de Leis e com o brilhante trabalho que o senhor tem feito à frente da comissão.

Obrigado Deputado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado Secretário. Pergunto ao Ministério Público se quer fazer uso da palavra.

A SRA. ANNE KARINE WIEGERT- Boa tarde a todos. Boa tarde Presidente. Na realidade, me pareceu bem clara a explanação do Secretário Adjunto do Tesouro e dos demais Secretário de Fazenda e de Planejamento.

É um debate que tem que envolver não só esta Casa de Leis, o Poder Executivo, de fato todos os Poderes, as Instituições, a sociedade, porque se houvesse uma formula mágica para que nós pudéssemos resolver esta situação, já teríamos de fato lançado mão, certamente o Governo já teria lançado mão.

O que nós chama muito a atenção é realmente a questão do limite de gasto com pessoal, dessa inversão, dessa variação das despesas com a receita no ano 2014.

Eu sempre costumo dizer que quando analisamos o passado e podemos trazer algumas soluções para o presente e para o futuro.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

É algo que merece ser aprofundado, discutido qual foi o fator desta inversão para que nós possamos buscar a solução não somente com a questão de aumento de receita, mas com o controle...S/lcb

1010au17.lcb

A SRª ANA KARINE -...não somente com a questão de aumento da receita, mas com o controle dessas despesas.

O que eu gostaria até de perguntar, se houver uma resposta, como diz: não tem nem uma forma mágica. Já há por parte do Governo do Estado, Poder Executivo algumas medidas já estabelecidas ou sugeridas, um planejamento? Eu digo para se não solução, minimizarmos esse problema, essa questão em curto prazo, de fato brilhante, concordo plenamente com a as posições e ponderações do Secretário de Planejamento, precisamos rever a questão da eficiência da máquina pública. Mas há por parte do Governo algumas medidas já estabelecidas, já previstas?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Antes do Seneri Paludo responder, deixa-me atender o Nasser, nosso Assessor da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, trouxe aqui uma relação de saldo bancário em 30/08/2016. Satisfazemos o anexo 2º do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O relatório diz que o saldo de caixa da Assembleia Legislativa era de quarenta e sete milhões. Não era nem de quarenta, quanto mais acima de trezentos milhões.

Então, está registrado aqui registrado a pedido do Nasser. Mas antes deixe-me aproveitar a carona do Ministério Público antes de passar a palavra aos Deputados. Eu quero fazer uma pergunta para o Secretário Seneri Paludo pegando carona na pergunta feita pela representante do Ministério Público. Como os entes federados não faz a sua parte com relação a sua eficiência pública, eu pergunto ao Secretário Gustavo ou ao Secretário Seneri Paludo, se a PEC 241 é uma ferramenta de eficiência pública que estará disponível ou estará atingindo os estados e os municípios brasileiros. Eu passo a palavra, eu não sei qual dos dois responderá a pergunta do Ministério Público?

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -... Só para colaborar, primeiro eu quero... Acabei não cumprimentando o Deputado Silvano Amaral, ele estava escondido atrás do Deputado Valdir Barranco, eu não consegui vê-lo daqui, Deputado, desculpe-me, Vossa Excelência estava atrás do Barranco, eu não consegui (RISOS).

Deputado, essa é uma pergunta sobre a qual temos nos debruçados. Pare-me mais uma vez que vamos tomar uma medida radical sem planejamento, sem entender completamente...  
...s/asg...

1010au18.asg

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -...sem entender completamente quais são as consequências que é a PEC nº 241.

A verdade: é uma proposta lógica do ponto de vista da contenção do gasto público, mas não me parece muito lógica do ponto de vista do atendimento às demandas da sociedade.

O Governo Federal neste momento faz alguns movimentos, ativa um programa de parcerias e concessões, quer mais participação do setor privado nos investimentos principalmente, reposiciona os bancos de investimento, faz todo um movimento macroeconômico com a sua



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

estrutura, ao mesmo tempo faz a PEC nº 241 que me parece um tanto quanto radical, e em especial aquele remédio que já é administrado depois que a doença já se instalou.

Não sabemos os efeitos dela. Nós sabemos os efeitos fiscais, mas não sabemos os efeitos nas políticas sociais. Isso é uma coisa que nós temos que debater com a sociedade.

É necessário o Governo Federal ter saúde financeira e fiscal? Sim. Mas o que nós precisamos é debruçarmos em uma agenda de planejamento.

Eu não creio que a PEC nº 241 resolverá tudo e acho que trará outros problemas para a sociedade, mas foi o caminho possível que nós adiamos a Reforma Tributária, a Reforma Trabalhista. Nós adiamos todas as Reformas Estruturantes deste País, a própria Reforma da Providência. Agora, temos que tomar um remédio amargo.

Então, respondendo objetivamente a vossa pergunta, ela é um remédio possível e proposto hoje para um paciente que há muito tempo vem dando sinais de que não está bem e que não fez o dever de casa.

Sobre as medidas do Estado. Nós encaminhamos a esta Casa de Leis o Projeto da LOA/2017. Vossa Excelência pode ver, há um aperto fiscal gigantesco na peça orçamentária, mas teremos que discutir muito se aprovada, mais ou menos nesses moldes. Nós teremos que discutir muito internamente como o Governo fará com uma restrição orçamentária manter as políticas públicas. Nós teremos que discutir novos modelos de atuação do Governo.

Na parte da Receita, eu quero passar ao Secretário de Estado de Fazenda para que ele possa falar um pouco mais sobre isso, mas como a Receita é atribuição da Secretaria de Estado de Fazenda eu passarei a ele as medidas nessa área.

Da parte do planejamento muito arrocho fiscal, aperto para as unidades orçamentárias é o que é possível ser feito nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Com a palavra, o Exmº Sr. Secretário Seneri Paludo.

O SR. SENERI KERNBEIS PALUDO - Só para responder então a indagação com relação à representante do Ministério Público.

Na verdade, se tem duas ações para ser feita e elas já vêm sendo feitas há algum tempo.

Primeiro, é a questão de reduzir a Despesa. Então, só para termos um comparativo, desde que este Governo assumiu o Estado, nós já promovemos no passado a primeira Reforma Administrativa, por exemplo, muitos daqui sabem que eu estava na antiga SEDEC...s/dmm

1010au19.dmm

O SR. SENERI KERNBEIS PALUDO -... muitos daqui sabem que eu estava na antiga SEDEC, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, que na gestão passada eram três Secretarias que foram fundidas em uma. Ou seja, era uma Secretaria que tinha, só de cargos comissionados, as outras três, tinham trezentos e vinte cargos comissionados, nesse novo modelo ela ficou com oitenta. Ou seja, já vínhamos disso. E isso já trouxe resultados. Nessa primeira reforma administrativa que foi feita ano passado teve uma redução na máquina pública da ordem de 26%. Ou seja, 2015 o Estado gastou com custeio da máquina 26% menos do que havia gasto em 2014.

A segunda ação que continuamos nessa linha de manutenção de gastos públicos, principalmente depois daquele Decreto 675, que deu mais meta ainda para redução maior ainda. Ações, por exemplo, como a questão da redução da jornada de trabalho. Ou seja, você está



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

trabalhando das 13h até as 19h. Redução, por exemplo, como corte de gastos, está proibido o Estado fazer qualquer tipo de renovação de frota, novos investimentos que tragam novos gastos. Ou seja, só pode renovar aquilo que efetivamente não vá trazer novos dispêndios. Então, já vimos fazendo uma série de trabalho com relação à questão de custeio ou redução do custeio da máquina pública.

Com relação na outra ponta que é a elevação de receita, eu acho que também ficou muito claro aqui o esforço que está sendo feito dentro da Secretaria de Fazenda com relação ao aumento da receita pública, tanto esse esforço que aumentou na ordem de 15% em relação, comparativamente em relação ao ano passado. Quais são os esforços? Por exemplo: volante, a questão dos incentivos fiscais. Foram cortados incentivos fiscais para comércio, para cerealista, para soja, para milho e para algodão. Só nesse setor, nós tivemos cento e setenta e nove empresas que tiveram os seus incentivos fiscais cortados. Isso significa dizer aumento de receita por conta do Estado, e não é cortado porque o Estado quer cortar, é cortado porque foi dado incentivo fiscal à beira e à margem da legalidade...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - O próprio REFIS...

O SR. SENERI KERNBEIS PALUDO - O próprio REFIS agora, esse novo trabalho para se fazer aumento de receita. Então, nós já estamos fazendo todo esse trabalho, os remédios já estão sendo dados desde o ano passado, ajustes muito fortes, nós aceleramos agora, só que o nosso entendimento do ponto de vista da equipe econômica é que vai precisar fazer mais ajustes ainda. Recentemente, inclusive, eu dei uma entrevista que para o tamanho que o Estado tem hoje, com Secretarias, nós já estamos praticamente no osso. Ou seja, para cortar mais, nós precisamos de uma nova reforma administrativa, precisamos enxugar ainda mais o tamanho do Estado para fazer caber.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Secretário Seneri...

...S/TMR

1010au20.tmr

O SR. SENERI PALUDO - ... para podermos fazer caber.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Secretário Seneri Paludo!

Eu não sei se é a representante do Ministério Público se sente satisfeita.

Eu passo a palavra ao Deputado Silvano Amaral, Membro Titular desta Comissão, logo, em seguida, inscrito o Deputado Carlos Avalone.

O SR. SILVANO AMARAL - Boa tarde a todos!

Sr. Presidente, eu faço uma análise quando parte para a questão da receita total, conforme disse o Secretário da Receita, realmente nós temos um déficit de 111 milhões de reais, se nós pegarmos receita bruta total. Se nós pegarmos uma receita corrente, que é uma receita que realmente usasse para fazer as ações do Estado no custeio, no pagamento, enfim, para contrapartida, nós temos um superávit de 271 milhões de reais.

Então, percebemos claramente que a questão do Estado em termos de receita e despesa houve um avanço, houve um incremento muito grande e dizer desse trabalho da Secretaria de Fazenda possa sair.

Fala-se da receita também em termos de encargos sociais, embora lá no quadro que apresenta uma situação do crescimento receita verso folha de pagamento, a despesa com pessoal, causa uma grande preocupação, porque esse quadro que nós temos aqui onde temos um incremento,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

um aumento de 19,6% para uma receita de 15,9% nós temos 4,51% em relação à receita verso da folha de pagamento, despesa de pessoal. Então, quando, na verdade, deveria ser o inverso desse processo para que o Estado pudesse ter a sua capacidade de investimento. Embora a que se dizer também que se pegarmos do orçamento que está previsto no orçamento nós temos um destoamento muito pequeno de 2,9% em torno de 161 milhões que pode inclusive até o final do ano a ser enquadrado em função de muitos encargos que acontecem, de pagamento de pessoal, de 13º, que de repente os primeiros oito meses acabou incrementando esse superávit, esse recurso a mais que estava previsto. Então, nós temos uma certa preocupação que esta questão que estamos vivendo de forma clara, inclusive agora com atraso da folha de pagamento dos servidores, que, no meu ponto de vista, é um alarme importante porque nós sabemos muito bem que quando temos uma empresa a última coisa que atrasamos é o salário. Você deixa de pagar muito coisa, mas realmente não deixa de pagar salário. Então, demonstra claramente a deficiência da receita do Estado.../nns

1010au21.nns

O SR. SILVANO AMARAL - ... deixou de pagar muita coisa, mas ultimamente, deixou de pagar salário. Demonstra claramente a deficiência da receita do Estado, isto é uma preocupação muito grande porque se percebe que vamos para um caminho não tem mais volta, uma situação muito difícil.

Temos o duodécimo dos Poderes que já aconteceu, houve a repactuação de poder acertar, atrasou o salário dos servidores, fez agora o pagamento e esta situação toda que pode ser feita.

Pergunto ao Secretário que possa nos dar uma luz, porque no final do terceiro quadrimestre a priori percebe-se claramente que o Estado aposta muito na questão do FEP no final desse terceiro quadrimestre para fazer este pagamento todo da repactuação de recurso.

Para o ano que vem tem inclusive este contexto, esta contribuição, Sr. Presidente, fizemos aquela reunião com os Poderes para que possa manter o mesmo orçamento de 2016 para 2017.

Como uma contribuição dos Poderes temos esta questão do REFIS que foi feito agora, também vai poder ajudar neste contexto não só deste ano porque percebemos que é uma situação de muito tempo para se ter um equilíbrio e também a questão do Fethab.

Pergunto aos Srs. o seguinte.

Neste contexto que pudesse ajudar o Estado, que pudéssemos levar em conta, Sr. Secretário, a questão do INTERMAT. O INTERMAT, há dois anos, com o maior respeito que tenho aos servidores, mas em termos de contribuição para o Estado, ainda não disse para que veio.

O INTERMAT é uma grande fonte de arrecadação, espero que o Sr. possa sensibilizar o Governo do Estado de Mato Grosso, o Presidente do INTERMAT que libere várias pessoas que estão afim de fazer esta colaboração, fazer a indenização de suas terras, como disse agora pouco em uma reunião, “o cara quer pagar o Estado, quer fazer esta contribuição que deve para o Estado e naturalmente vai poder, com este recurso, buscar dinheiro ao Banco, agilizar mais recurso, que vai gerar mais ICMS, que vai gerar emprego.”

Dá-se uma impressão que em torno de mais de 50 milhões estão lá para indenização para o Estado, este 50 milhões no final, depois vai virar, com certeza, mais 50 milhões de ICMS, de recurso que vai ser colocado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Então pedir ao Governo do Estado para que pudesse colocar na conta a necessidade de que, não só como aconteceu na questão do Fethab, do congelamento do duodécimo dos Poderes, pudesse cobrar do INTERMAT a senioridade dos seus serviços que possa também colocar dinheiro no caixa.

Secretário, queria ouvir do Sr. o seguinte.

Qual é a situação do Estado, caso agora no final deste último quadrimestre...

S/ drm

1010au22.drm

O SR. SILVANO AMARAL -...quero que o senhor respondesse, qual é a situação do Estado caso agora o final desse ultimo quadrimestre nós não recebemos o FEX nem repatriação dos recursos, pelo que estou vendo, infelizmente estou percebendo, pelo menos o sentimentos que nós temos que nós não possamos colocar esses recursos no FEX, qual é o necessário que nós vamos ter no ultimo quadrimestre deste ano.

O SR. SENERI PALUDO - Posso?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Com a palavra, o Secretário.

O SR. SENERI PALUDO - Com relação dois pontos especificamente com isso, todo esforço da equipe econômica do Estado está sendo para enquadrar dentro do quarenta nove, e não é de agora, essa ação na verdade ela já vem sendo feito desde da época do Secretário Paulo Brustolin e de novo comigo e com a equipe toda a frente dentro da Secretaria de Estado de Fazenda, junto com a Secretaria de Planejamento e outras Secretarias.

Então, todos os esforços nossos tem para enquadramento desses 49%, inclusive nós temos discutido isso não só cunho do Estado, o Estado que eu falo é do Executivo, mas nós temos promovido mensalmente, se não, quinzenalmente reuniões com Poderes onde participam o Ministério Público, representante técnicos da da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas e também do TJ para nós encontrarmos as alternativas técnicas legais para fazermos esses processo de enquadramento.

Então, nesse momento hoje estamos fazendo todo esforço possível para fazer o enquadramento de volta nas quarenta, como fazer isso?Algumas alterações que estamos discutindo do ponto de vista contável como contabilizar. Segundo ponto de trazer novas receitas, sem dúvidas nenhuma mas é importante ressaltar e Vossa Excelência já ressaltou aqui que sem o valor do FEX, sem o valor do dinheiro do Governo Federal que é devido para o Estado de Mato Grosso, a nossa situação é extremamente complexa, por isso que o Governador está diretamente, ele pessoalmente imbuído nesse valor, nesse recursos de trazer o recurso para o Estado, mas estamos com todo esse esforço.

E com relação especificamente a consequência que nós podemos ter aqui, se você puder falar um pouquinho Rocha, de quais as consequência do não enquadramento da Lei de Responsabilidade Fiscal no final desse trimestre, acho que é importante você colocar esses pontos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Artigo 23.

O SR. CARLOS - As consequências elas alcançam tesouro do Estado pelo não alva de recursos financeiros que serão disponibilizados pela instituição financeira para o Estado pelo STN. As transferências voluntarias também ficam prejudicadas, são convênios e outros recursos que amanhã podemos passar para que nós pudéssemos executar algumas políticas públicas do Estado

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

ficam prejudicadas, só para se ter ideia, o Estado tem mais de três bilhões de reais em convênio...s/cms...

1010au023.cms

O SR. CARLOS ANTÔNIO ROCHA - ...só para se ter uma ideia, o Estado tem mais de três bilhões de reais em convênio, vamos ficar prejudicados na renovação desses convênios.

Têm problemas no âmbito para o gestor também. O âmbito da gestão, eu acho que já é público e a própria Lei Complementar Federal nº 101, deixa claro, há prejuízos para o gestor, o governo tem feito esforço para que isso não alcance o próprio governo e as consequências são graves. O não atingimento pode incorrer em gravíssimo prejuízo com impedimento e outras coisas. Então, o governador tem feito um esforço e o próprio governo tem reunido toda equipe e trabalhado incessantemente para ajustar e corrigir esse déficit nas finanças e esse problema relacionado a despesa com pessoal.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Secretário Adjunto.

Secretário e Deputado Silvano Amaral, eu irei passar a palavra ao Deputado Carlos Avalone até porque ele tem um compromisso no TCE. Então, eu passaria a palavra ao Deputado Carlos Avalone e depois, Deputado Silvano Amaral, a Vossa Excelência para continuar com as suas intervenções.

Com a palavra, o Deputado Carlos Avalone.

O SR. CARLOS AVALONE - Boa tarde a todos! Boa tarde ao Secretário Seneri; ao Gustavo; ao nosso representante do Ministério Público; nossos colegas Deputados; Presidente Zé Domingos Fraga; Deputados Silvano Amaral e Valdir Barranco; ao Carlos, meu xará; e os funcionários da Casa.

Bom, eu acho que a coisa que nós não gostaríamos de dizer é sobre o seguinte, é quando chegamos numa conclusão de que tínhamos razão quando fizemos um alerta há quatro ou cinco anos. Há quatro ou cinco anos eu também como Deputado, fazendo parte desta Comissão, com o apoio do Nasser, de toda equipe, eu fui colocado como Relator do orçamento 2012.

Como Relator do orçamento 2012, quando eu recebi o orçamento de 2012, nós estudamos com os técnicos desta Casa e percebemos que o orçamento estava completamente fora dos padrões, folha comprometida, não colocaram o valor completo da folha, dívida também não foi colocada adequadamente o que iria pagar e um crescimento da folha que vinha 16%, 17%, há dois anos e iria acelerar, hoje, já estamos há cinco anos com um crescimento de 15%, 16%, 17% e agora 22% na folha de pagamento.

Naquela época, em 2012, foi mandado para cá pelo governo anterior, foi mandado para cá trinta e sete recuperações e ajustes salariais...  
...s/rof...

1010au24.rof

O SR. CARLOS AVALONE -... recuperação de categorias do funcionalismo público de trinta e sete categorias.

Nós alertamos na votação de cada uma dizendo: não está sendo feita uma análise pela equipe econômica do Governo. Se estiver sendo feita, eu que já participei de uma equipe desta, eu tenho certeza que estes números não estariam. O Sr. Nasser me alertou naquela época, a equipe foi alertada.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Para eu colocar em votação o orçamento, eu pedi uma reunião com o Governador. Eu não coloco em votação se não tiver uma reunião com o Governador. Então o Deputado Romoaldo, Deputado Riva, marcaram uma reunião e eu fiz questão de elevar o Presidente da comissão que na época era o Sr. Barreto. Nós dois estivemos com o Governador, eu coloquei todas as preocupações, todos os números e falei: Olha, o orçamento é inferior ao orçamento de 2011, está aqui foi omissa na questão dos salários, omissa na questão da dívida e isso aqui vai começar a explodir no ano que vem, portanto em 2012/2013.

Nós vemos neste quadro que está ali quando a situação começou a explodir, quando começou a ser revertida. Isto não é uma novidade. Isto é a consequência do que foi feito e que foi alertado que isto aconteceria. Esta Casa, através da equipe nós alertou e nós alertamos o Governo.

Mas infelizmente, não é por acaso que acontece em 2014, para depois acontecer em 2015 e 2016, por que é em outro Governo. Naquela época ninguém sabia quem seria o Governador, poderia ser qualquer um, a disputa ainda iria ocorrer, não tinha nem candidato a governador. Então isto não foi contra um ou contra outro. Isto foi um equívoco, para ser bastante leve, foi um equívoco de gestão, que vai custar muito caro para o Estado de Mato Grosso e está custando.

Os números estão claros, a receita, o trabalho dos fiscais da receita do Estado está ocorrendo. Um esforço monstruoso dos empresários também, os incentivos foram cortados de muitos e mesmo assim a receita tem aumentado.

Aumenta a receita e a solução não aparece, quer dizer, os números continuam graves, realmente nós precisaremos fazer mais uma vez uma grande reforma no nosso Estado. Mais uma vez. Não talvez nos moldes que foi feito em 1995, não com aquele tamanho de sacrifício. Mas também não com nenhum sacrifício.

Sofremos todos nós porque sabemos que nestas horas todos têm que pagar um preço... S/lcb

1010au25.lcb

O SR. CARLOS AVALONE -...que nessas horas todos têm que pagar um preço, todos. E vai passar também pelo funcionalismo. E isso é doído. É doído você ter que mexer nisso.

A PEC que o Secretário Gustavo comentou aqui, acho que é a 241, ela fala em congelamento de salários. É uma decisão do Governo Federal, que eu não sei se serve para os estados, mas se não servir tem que servir.

Então, vemos que inconseqüências cometidas no passado vão se somar e vão trazer conseqüências, às vezes, de muito custo para o presente. E nós todos, principalmente, quem está aqui, esta comissão, o Estado, quem está aqui que foi anunciado pelo Presidente são pessoas que conhecem os números, conhecem a realidade. Eu vejo aqui representantes da área da saúde e tal, difícil faltar trinta milhões. Estávamos reunidos semana passada, o Deputado Zé Domingos exigindo, no sentido de sentimento como Deputado, que nós conseguíssemos trinta milhões de reais para não deixar o hospital parar. Nós estamos chegando nesta situação. Esta é a situação que o Estado está passando. Precisamos arrumar trinta milhões para não fechar os hospitais. E aí as coisas complicam, e a complicação vai ser maior.

Então, eu me coloco ao lado do Governo para tentar junto participar das discussões para essas soluções, Gustavo e Seneri, certo? E fico triste de termos tido a certeza que isso ia



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

acontecer, termos alertado e nada ter sido feito. Mais do que isso, nós conseguimos num Colégio de Líderes aqui fazer com que a Lei de Eficiência Pública fosse começada a tramitar nesta Casa.

Sugeri a contratação do Paulo Rabelo de Castro, e foi aceita pelos Pares daqui da Casa. E nós apresentamos uma Lei de Eficiência Pública. Nós a Casa, e não o Deputado Carlos Avalone. Porque naquele momento eu até saí da Casa.

A Lei caminhou, tramitou. Estou saindo daqui agora para ir ao Tribunal de Contas, porque o Valter Albano está com a Lei na mão junto tentando nos ajudar arrumar uma alternativa nessa área da eficiência para que possamos discutir isso mais na frente. Mas, infelizmente, as coisas não andaram como deveria. E aí o preço quem paga é a sociedade. E o preço quem paga é o hospital sem dinheiro, a saúde sem dinheiro, a educação sem dinheiro e funcionário público tendo salário atrasado.

Então, me solidarizo, peço desculpas por ter que me ausentar mas o motivo é esse, eu vou sentar com o Valter lá...

...s/asg...

1010au26.asg

O SR. CARLOS AVALONE -...eu vou sentar com o Conselheiro Valter Albano para tentar junto com ele ver o que avançou para que nós possamos com que isso nós tenhamos uma proposta, como disse a nossa Promotora, para o futuro, para que a coisa dê certo, no futuro imediato, enquanto as consequências o Governo e esta Casa terá que se debruçar para poder arrumar uma solução para no dia 30 fechar a conta.

Muito obrigado.

Peço licença para me ausentar. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Deputado Carlos Avalone. Obrigado mesmo pela sua participação.

Antes de passar a palavra ao Deputado Dilmar Dal Bosco, eu gostaria também de fazer um pequeno comentário.

Esta Audiência Pública não foi feita para os Srs. Deputados e não poderia deixar de ouvir alguns membros da plateia.

Vou iniciar ouvindo o Sr. Orlando Francisco, do SINTEP, para que dentro de três minutos, dentro do assunto abordado do quadrimestre, faça o seu questionamento. O senhor poderá fazer os seus questionamentos tanto ao Secretário de Estado de Fazenda, ao Secretário-Adjunto, até mesmo ao Secretário de Estado de Planejamento.

O SR. ORLANDO FRANCISCO - Eu quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Zé Domingos Fraga.

Senhores e senhoras, boa tarde.

Enquanto servidor público, enquanto representante do Fórum Sindical, membro da direção do SINTEP, Mato Grosso. Também estava até dialogando com o companheiro Carlinhos, do Conselho Estadual de Saúde.

Nós entendemos que a didática apresentada dessa planilha é complexa e não atende aquilo... Pode atender a lei contábil na prestação de contas aqui da Assembleia Legislativa, mas não atende dentro dessa didática aquilo que para nós é primordial, principalmente nós que somos representantes dos servidores públicos para dialogar com o servidor público.

Eu destaquei alguns pontos que tenho que ser rápido nos três minutos.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º**  
**QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.**  
**(TEXTO SEM REVISÃO)**

---

Por exemplo, na Educação, nós temos acompanhado na Educação que a questão do orçamento do recurso para a Educação a Constituição Estadual fala em 35% mínimo e já nesta Casa tem em vigor, Deputado Zé Domingos Fraga, um percentual que é para sair dos 25% para chegar até os 35%. Infelizmente, durante vinte anos, já em 2015, 25,50%; em 2016, 26%. Ou seja, esse 0,50% durante vinte anos para chegar aos 35% mínimo. Embora foi colocado os 23% alguma coisa que deve chegar aos 25% até o final dos três quadrimestres.

Além disso, a questão que os contratos...s/dmm  
1010au27.dmm

O SR. ORLANDO FRANCISCO -...Além disso, a questão que os contratos que hoje são 60% dos contratos na educação, não são considerados pela jornada, pela carga horária, que é a jornada de trinta horas, está sendo considerado o CPF. Então, isso dificulta a transparência desses dados.

No caso da saúde o companheiro Oscarlino é quem irá aprofundar muito mais, mas no caso da saúde, pelo o que nós vimos acompanhando pelo sistema do Sage SUS, a didática que é utilizada atende o sistema do FIPLAN, mas no caso dos recursos de transferência ela não atende a exigência da Lei Complementar 141. Porque a Lei Complementar 141, no artigo 9º, fala da compensação de recurso para a saúde. Os recursos da saúde têm que ter o mínimo 12% da receita própria, mas tem que considerar quando há judicialização dos incentivos fiscais. Porque o incentivo fiscal já está dizendo, é um incentivo que alguém dá um incentivo. Ela não é uma imunidade. Se a questão não é cortar os incentivos fiscais, o principal para a saúde e para a educação, é considerar a compensação dos incentivos fiscais, aí nós teríamos um bolo maior de arrecadação.

Para concluir, a questão desse conflito que já vínhamos comentado aqui, essa questão do conflito receita e custeio, por exemplo, os recursos do Imposto de Renda, os recursos da Previdência ela não pode aparecer como custeio, por exemplo: recurso que nós servidores do Poder Executivo pagamos para a Previdência em nenhum momento ele aparece como receita, não sei o que é feito com esse recurso. Continua pagando segurados e pensionistas com recursos do Tesouro. Então, continua esse conflito e nós temos dificuldade de entender essa metodologia, para nós, em um olhar simples, não devemos afirmar que é uma mudança de rubrica, mas parece ser uma mudança de rubrica para não dizer coisas mais graves.

Então, basicamente era isso. Muito obrigado pela atenção. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Sr. Orlando.  
Eu indago quais Secretários que irão responder...? Com a palavra, o Secretário Seneri Paludo.

O SR. SENERI KERNBEIS PALUDO - Com relação à despesas, eu acho que o senhor respondeu na sua própria pergunta, o senhor tocou nessa questão de saúde e educação e também com relação à contribuição que é feita pelo próprio servidor público quando ele recebe o seu salário e faz suas contribuições.

O Secretário Carlos Rocha vai explicar um pouquinho...  
...S/TMR

1010au28.tmr

O SR. SENERI PALUDO - ... o Secretário Carlos Rocha vai explicar um pouquinho como é demonstrado ali.

Em relação à saúde especificamente o seguinte.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Os dados mostraram que nós temos que gastar 12%, nós estamos gastando 12,8%. Ou seja, a mais do que a obrigação.

(O SR. OSCALINO ALVES FALA FORA DO MICROFONE - INAUDIÍVEL).

O SR. SENERI PALUDO - 12, 8% da receita total. Então, estamos gastando mais do que os 12% obrigatório.

(O SR. OSCALINO ALVES FALA FORA DO MICROFONE - INAUDIÍVEL).

O SR. SENERI PALUDO - Não. Não, a metodologia é metodologia de contábil. Se quiser discutir a metodologia depois poderemos fazer uma discussão em um momento e explicar mais uma vez como é feita a metodologia, como é feita a contabilidade.

Em relação à educação, o senhor respondeu também a sua pergunta, que é a seguinte: Nós vamos chegar até 25,5% até o final do ano, que é exatamente, tem o meio por cento, e estamos em 23,8%. Nós temos, obrigatoriamente, que chegar em 25,5%.

Em relação à despesa de pessoal, o Carlos Rocha não está se aguentando para falar. Vossa Excelência quer falar pode falar.

O SR. CARLOS ANTÔNIO ROCHA - Quanto ao Imposto de Renda, eu quero destacar um dois, na quarta posição ali.

Imposto de Renda. Nós consideramos como receita tributária, em 2016, 659,7 milhões de reais, em 2016; em 2015, foram 472,2 milhões de reais.

O Inciso I do Art. 157 da Constituição de que trata a receita da União, Imposto de Renda, esse Inciso diz que o Imposto de Renda no âmbito dessa receita passa a ser uma receita própria do Estado. Estão aí registrados, sim, 659 milhões de receita de Imposto de Renda.

Esse valor do provento do servidor é subtraído e depois ele entra contabilmente como receita.

Nós tivemos a oportunidade, em abril ou maio do ano passado, junto à Secretaria de Educação, apresentamos uma nota técnica e explicamos para o Sindicato, todos os representantes o critério de cálculo e eles não nos disseram que tiveram alguma dúvida sobre este assunto. Se quiser que vamos lá e expliquemos de novo, nós iremos explicar. Enfim, aí se encontra a receita de 659 milhões.

Por gentileza, volta uma folha, na página inicial.

Por outro lado, vamos ver nas receitas com transferências correntes, volta, por gentileza, na primeira página.../nns

1010au29.nns

O SR. CARLOS ANTONIO DA ROCHA - ... transferências correntes.

Volta, por gentileza, na primeira página, por favor.

Na Receita Intraorçamentária se vemos na parte do imposto de renda, a receita intraorçamentária é toda a obrigação social que é subtraída do provento do servidor e que entra. Tivemos em 2016, da patronal, mas enfim a receita.

Fica o patronal das obrigações sociais e o imposto de renda com relação à Secretaria de Saúde, os 12%, percentual que cabe a título de vinculação à Secretaria de Saúde é 12% sobre a receita tributária e o sistema é parametrizado para orientar este recurso nesta ordem.

Na receita tributária, um benefício fiscal quando ele alcança uma atividade econômica ou outra, de alguma forma, são recursos financeiros que não entram no tesouro do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Se ele não entra no tesouro do Estado, não tem como o tesouro do Estado conferir este valor e repassar para a Secretaria. Não há em nenhum instante o compromisso do Estado de prover a razão de benefício fiscal até porque a título de receita efetivamente não aconteceu. Os dois itens eram estes.

Outro aspecto também que foi apresentado é quanto aos 35% e 25%, na escala de obrigações que o Estado tem de repasse hoje é de 25,5% porque foi fracionado para chegar até 35%, e este ano iremos chegar a 25,5%.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado Secretário Carlos Antonio da Rocha.

Dando continuidade, convido Oscarlino Alves de Arruda Júnior, Presidente do Sindicato dos Servidores da saúde, a Vossa Excelência, como os demais, tem três minutos, Oscarlino Alves de Arruda Júnior.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - Primeiramente cumprimentar a Mesa, representantes da Assembleia Legislativa, cumprimentar os Secretários presentes, Seneri Paludo, Secretário Gustavo de Oliveira, Promotora em nome das mulheres que compõe a Mesa e representante do Ministério Público.

E já de antemão começo fazendo uma crítica, novamente...

S/ drm

1010au30.drm

O SR. OSCARLINO -...Promotora em nome das mulheres que compõem a Mesa, representando o Ministério Público, e já de antemão começo fazendo uma crítica novamente. Já tivemos um avanço, senhoras e senhores hoje na apresentação das contas do Estado segundo quadrimestre, que foi a presença da ilustre promotora representando o Ministério Público, uns dos maiores beneficiários desse sistema hoje que é tribunal de Justiça nós não encontramos presente na Mesa para podermos participar da discussão aqui e participar dessa situação que tanto nos afeta o Poder Executivo, tanto demonstra pelo próprio números o desequilíbrio e a injustiça que está sendo praticado nesse Estado de Mato Grosso. De antemão, eu digo se sobra um bilhão de caixa nos poderemos é porque tem alguma coisa errada, se falta no executivo para pagar os hospitais regionais, se falta dinheiro para pagar o custeio da políticas publicas, falta para educação, falta para segurança pública, falta para saúde é porque tem alguma coisa errada.

E nós não vemos os entes sentados realmente conversando, se tratando das verbas indenizatória, corta verbas indenizatórias, mesmo no momento de crise que vivemos, lá no Tribunal de Justiça, verba indenizatória dos procuradores, verba indenizatória de sessenta cinco mil reais dos Deputados, todo mundo precisa fazer parte dessa conta, mas quem é penalizado? Hoje tem atrasos de salários são os servidores que executam as ações no Poder Executivo.

Então, pegando um pouco do gancho da fala do Secretário Gustavo Oliveira, que diz a eficiência da maquina pública que não tem como nós aumentarmos impostos, faltou aqui na apresentação aqui, algo que corrobora a sistemática, não se falou da renuncia fiscal, da evolução da renuncia fiscal no Estado de Mato Grosso no ano de 2016.

Deputado, Presidente, existe duas Mensagem na Casa 56 e a 57 ao contrário do que o Secretário de Fazenda acaba de nos falar, tem duas Mensagem que tramitam na Casa

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º**  
**QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.**  
**(TEXTO SEM REVISÃO)**

---

aumentando a renúncia fiscal do Estado de Mato Grosso de um bilhão e setecentos dentro de 2016, pensa na evolução de renúncia fiscal e do custo social para nós de 70% não estão reduzindo a renúncia fiscal, nós temos acesso as mensagens 56 e 57 que está lá uma evolução, e o grave de tudo é propondo alteração na lei de diretrizes orçamentária a LDO, a Lei 10.311, a Mensagem 56 e a Mensagem 57 alterando e propondo alteração da Lei 10.354 que é a LOA. O que precisa ser explicado aqui qual é a metodologia...s/cms...

1010au031.cms

O SR. OSCARLINO ALVES - ...da Lei nº 10.354 que é a LOA. O que precisa ser explicado aqui qual é a metodologia de cálculo dessa receita corrente líquida.

Ao contrário do que foi dito aqui também, o Fórum Sindical sempre vem nas apresentações das Contas do Governo, o primeiro quadrimestre quando os dois secretários sentavam como novos secretários em substituição aos secretários que deixavam a Pasta, se comprometeram em abrir com transparência aos sindicatos. Nós lutamos e queremos que o governo dê certo, queremos discutir com o governo, mas queremos transparência até para entendermos porque ficamos penalizados, os nossos salários atrasados, a RGA não paga para nós, mas se paga salário em dia aos Poderes com sobra de caixa, paga RGA, faz convênio com a Assembleia Legislativa para comprar ambulância para saúde. O dinheiro tem que estar lá, não tem que estar aqui! O dinheiro tem que estar nas políticas públicas.

Então, eu gostaria que explicasse a metodologia da receita corrente líquida porque é muito fácil trabalhar com sobra de caixa.

A Lei Orçamentária Anual, senhores, este ano previa 17,02%. Os duodécimos constitucionais para os Poderes pagarem suas despesas com pessoal é 11%. Os duodécimos da Casa que foi estipulado em lei, 17,02%. Quando se abriu a Lei Orçamentária Anual, tivemos uma evolução para 20,5%, ou seja, os Poderes terão sempre mais, sempre gorduras para gastar, inventando despesas, correndo atrás de despesa por fora...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Presidente, o senhor tem um minuto para concluir.

O SR. OSCARLINO ALVES - Irei concluir.

Os fóruns no interior a passos galopantes as obras de reforma de construção dos fóruns, enquanto para nós servidores da saúde não foi comprado uma cadeira. Uma cadeira! E nós não vamos olhar para o retrovisor, queremos olhar para este governo que está instalado, votamos neste governo e queremos as providências.

Pasmem, senhores, relatório do Conselho Nacional de Secretário de Planejamento, nós temos os poderes mais caros do País! Em 2015, o Tribunal de Justiça foi o oitavo Tribunal de Justiça mais caro do País! Em 2016, já projeta ser o quarto mais caro do País que mais participa da receita!

A Assembleia Legislativa, o quarto lugar mais caro das vinte e sete unidades da Federação! Este ano será a quarta de novo pelo que projeta os números! Quer dizer, a Assembleia Legislativa foi a quarta ano passado e quarta este ano novamente!

Ministério Público Estadual, Srª Promotora, sexto lugar em 2015, consolidado do que foi gasto, já se projeta a ser o terceiro Ministério Público mais caro do País!

O TCE que aprova as contas do governo, primeiro lugar...

...s/rof...



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

1010au32.rof

O SR. OSCARLINO ALVES JR. -... o TCE, que aprova as contas do governo primeiro lugar, o TCE mais caro do Brasil e em 2015 já projeta se ratificar como o TCE mais caro do Brasil.

Tem alguma coisa errada, nós gostaríamos que se fosse possível não falar aqui na Audiência Pública, mas fazer depois nos bastidores, apresentar estas contas. Nós sentamos com alguns técnicos do tesouro que nos atenderam muito bem e que outros estados já evoluíram nesta questão, repassar recurso, principalmente neste momento de crise, repassar recurso mediante a necessidade. Está se passando recurso a mais aos outros poderes, está faltando para o executivo e quem precisa contribuir um pouco a mais agora, renúncia fiscal 70% tem duas mensagens na Casa. Renúncia fiscal 70% de devolução ...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Eu peço para que vossa excelência possa concluir.

O SR. OSCARLINO ALVES JR. -... gostaria dessa explicação, que apresentasse esses números da mensagem 56/57 que projeta a evolução da renúncia fiscal no ano de 2016 alterando as leis vigentes de 1 bilhão, para 1 bilhão e 700, para onde esta indo este 1 bilhão e 700 e quem paga a conta hoje.

O que sabemos é o seguinte: quem está pagando a conta somos nós, todos nós cidadãos. Olha a conta de luz, água, telefone, quanto que se paga de ICMS, olha nos serviços e produtos que adquirimos como vestuário e alimentação quem está pagando a conta somos nós, não é o agronegócio. O agronegócio é importantíssimo para nós, mas precisa contribuir a altura.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Sr. Oscarlino, muito obrigado pela sua participação. Eu pergunto se quer fazer uso da palavra Secretário Gustavo

O SR. GUSTAVO DE OLIVEIRA - Vamos por partes, a fala do Presidente Oscarlino foi bem ampla aqui, vamos pontuar.

Primeiro, presidente, lembrando bem da ultima vez que nós estivemos aqui, lembro bem que uma das suas queixas foi que jamais tinha sido implementado no Estado o Conselho de Gestão de Pessoas - COGEP e como o senhor bem sabe ele foi implementado, já teve uma reunião ampla, já tem um calendário de reuniões, a câmara técnica do conselho já foi estruturada com servidores de carreira, então o fórum adequado para discussão das questões de pessoal está finalmente implementado. Penso que isto seja um avanço nas relações do Governo a uma demanda que há muitos anos era uma demanda do fórum sindical para que nós possamos lá discutir diversos aspectos sobre isto. Talvez o principal deles, como fazer para enquadrar despesa de pessoal do Estado dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não está ao alcance de nenhum de nós aqui alterar, revogar ou descumprir.

É um fato, nós vamos lá debater isto de maneira ampla e discutir também com toda a sociedade quais são as estratégias que teremos para isto... S/lcb

1010au33.lcb

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -...quais são as estratégias que teremos para isso.

Quanto ao relatório do CONSEPLAN que Vossa Excelência citou sobre os gastos com os demais Poderes. O que nós temos também que perguntar: é qual é o grau de eficiência desses Poderes? Não adianta só discutir a quantidade de recursos passados. E aí parece-me que cada um dos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Poderes tem que nesse momento de discussão se apresentar à sociedade e expor de maneira clara aonde investe esses recursos, quais são os resultados da aplicação desses recursos.

Eu conversava semana passada com o Defensor Geral do Estado, ele tem uma apreensão que é finalmente levar a Defensoria a todos os municípios do Estado, o que pode não ser uma prioridade da sociedade, mas é sem dúvida uma prioridade do cidadão que está lá desassistido que não tem um defensor quando precisa dele em alguns momentos. Nós temos que discutir isso. Para fazer isso ele precisa mais de cento e quarenta milhões no orçamento do ano que vem. De onde vem esse dinheiro? Nós temos que discutir isso com toda sociedade. É um pedido legítimo da defensoria pública que nós vamos ter que debater com toda sociedade, muito mais do que quanto vai para lá é o que é feito com esse recurso. Acho que esse é o grande debate da eficiência.

Vossa Excelência citou sobre as Mensagens 56 e 57 pedindo o aumento da renúncia fiscal. Elas foram necessárias porque tanto na LDO quanto na LOA aprovadas por esta Assembleia Legislativa no ano passado, não se previa a implementação do REFIZ que se fez necessário, é uma demanda da sociedade, por questões que eu não vou aqui me alongar, mas houveram condições colocadas no passado para que a sociedade aderisse o parcelamento que foram julgadas inconstitucionais, tivemos que rever todo esse planejamento para que esse REFIZ pudesse ser implementado. A Lei do REFIZ já vou aprovada, agora, para que ele possa realmente ser implementado, nós precisamos comportar ali a renúncia da multa e dos juros que já tinham feito lá atrás quando os contribuintes aderiram esse parcelamento, foi derrubado, e agora nós tivemos que fazer por conta da inconstitucionalidade do FUNEDS.

Então, estamos ajustando uma demanda nova que apareceu, essa renúncia de setecentos milhões comporta isso e mais algumas demandas de um e quatrocentos para um e setecentos, não é isso?

E por último, voltando à questão da eficiência que eu penso que tem que ser o nosso foco. É muito mais do que discutir quanto de recurso que vai para a educação ou quanto vai para a saúde, eu penso que nós temos que discutir resultados. Essa é a maturidade que a sociedade quer. Se nós gastamos pouco ou muito...  
...s/asg...

1010au34.asg

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -...essa é maturidade que a sociedade quer. Se nós gastamos pouco ou muito com Saúde, com Educação, com Segurança, muito mais do que isso, a sociedade quer resultados.

Eu não me sinto confortável de discutir qual é o salário de determinada categoria sem ter na Mesa a discussão de quais são os resultados que essas categorias, que a estrutura que o próprio Governo dá de trabalho para esses servidores e se reverte em benefícios, em resultados para a sociedade.

Por um lado, é verdade, nós temos muito pouco dinheiro para investir em hospitais, para investir em escolas, mas por outro lado nós temos que discutir estratégias para atender o cidadão. Nesse momento nós temos que recuar um pouco para afastar as ideologias e pensar qual é o modelo de Estado possível dentro da Receita disponível.

Nós não estamos aqui, Sr. Oscalino, como o senhor bem disse para olhar o passado, ficar tentando achar lá as respostas. As respostas estão daqui para frente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

(O SR. OSCARLINO ALVES DIALOGA COM O SECRETÁRIO - INAUDÍVEL)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Esse é um ponto.

Sem capacidade de investimento, com Despesa de Pessoal acima da Lei de Responsabilidade Fiscal, sem acesso a crédito por parte do Governo Federal e mais do que isso, com um cenário que não melhora no curto prazo.

O Governo Federal já soltou as previsões e acha muito difícil que nós saíamos dessa crise antes de 2019. Como fazer para sobreviver até lá?

Acho que essa é agenda. Não sei se o Secretário Seneri Paludo quer complementar com mais alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Com a palavra, o Secretário Seneri Kernbeis Paludo.

O SR. SENERI KERNBEIS PALUDO - É rapidinho.

Só para complementar, Sr. Oscarlino.

Eu anotei três pontos: Mensagem nº 56, Mensagem nº 57, a questão do cálculo RCL, e a questão dos repasses dos Poderes. Em síntese foi o que entendi da sua fala.

Com relação às Mensagens nº 56 e 57, era no aumento de Incentivo Fiscal. Na verdade, está trazendo um ajuste de 1.4 bilhões, para 1.7 bilhões. Esse ajuste é porque nós fizemos o REFIS, ou seja, nós só poderíamos fazer o REFIS se tivéssemos colocado na LOA o aumento porque o entendimento não-financeiro, mas o entendimento fiscal é que quando você dá desconto de juros e multa, você está dando desconto fiscal, mas não financeiro. Por isso, nós fizemos o ajuste.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - É 1.4 com 1.7.

(O SR. OSCARLINO ALVES DIALOGA COM O SECRETÁRIO - INAUDÍVEL)

O SR. SENERI KERNBEIS PALUDO - Isso.

Mas a LDO já tinha sido corrigida pela LOA. Na LOA ela já tem 1.4. Então, na verdade, a correção é de 1.4 para 1.7.

(O SR. OSCARLINO ALVES DIALOGA COM O SECRETÁRIO - INAUDÍVEL)

O SR. SENERI KERNBEIS PALUDO - Mas são duas coisas diferentes, Sr. Oscarlino.

A LDO trouxe um bilhão, a LOA do ano passado já traz 1.4 bilhões e agora estamos fazendo na Mensagem nº 56 e na Mensagem nº 57 só para ajustar de 1.4 para 1.7, arredondando a conta por conta do REFIS. Então, um ponto específico é isso.

Portanto, nós não estamos dando um novo incentivo fiscal, nós só estamos ajustando por conta do REFIS.

Com relação ao cálculo do RCL eu até fiquei meio surpreso porque na última Audiência Pública que tivemos aqui o senhor nos fez duas cobranças. Uma era a questão do COGEP...s/dmm

1010au35.dmm

O SR. SENERI KERNBEIS PALUDO - ...e o senhor nos fez duas cobranças, uma era a questão COGEP e a outra era para explicarmos como era feito o cálculo da RCL e tudo mais. Eu achei que já teria sido superado, tanto é que a Anésia e o Wellington foram ao fórum exatamente para explicar, eu não sei se o senhor estava presente no dia em que eles estiveram lá, mas a pauta que vocês tinham, a Anésia e o Wellington estão presentes aqui, a Anésia é contadora do Estado, eu achei que ela tinha, exatamente por um pedido do senhor, esteve lá presente, o senhor até citou, que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

era exatamente para esclarecer com relação a isso. Se não foi esclarecido, nós ficamos à disposição para fazer uma próxima reunião esclarecendo novamente.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - O corpo técnico nos atendeu muito bem...

O SR. SENERI KERNBEIS PALUDO - Claro!

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - Aproveito a oportunidade para agradecer os colegas que lá estiveram tem uma limitação, a própria segurança que é passada em uma apresentação não nos dá total segurança de abrir os números, como foi prometido, e o COGEP não está tratando dessa sistemática.

O SR. SENERI KERNBEIS PALUDO - Não, não trata. As duas demandas já haviam sido feitas para nós, que tivesse o COGEP e que tivesse uma reunião para explicar a metodologia do cálculo da RCL. Metodologia do cálculo da RCL o técnico sabe explicar melhor do que eu. Então, por isso que eu pedi exatamente para a contadora do Estado e para o Wellington a estarem lá presente.

Com relação à política, realmente é um outro estágio, mas com relação à metodologia de cálculo, como calcula todas essas coisas, nós podemos sem problema nenhum. Mas eu achei que já tivesse sido superado.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - Não, nós estamos avançando, a própria metodologia de cálculo das receitas já mostra algumas inconsistências que precisam ter a vontade política para se corrigir. Esqueci-me de citar no pronunciamento que além de tudo isso os Poderes ainda recebem receita vinculada do FETHAB, 19 centavos do diesel e agora, parece que há uma discussão na Casa, para repassar alguma coisa para a saúde.

O SR. SENERI KERNBEIS PALUDO - E aí o terceiro ponto que você colocou com relação à questão do repasse aos Poderes. Com relação aos repasses aos Poderes é exatamente essa discussão que nós estamos tendo, uma decisão colegiada e já chegou à decisão que a partir do ano que vem estará congelado os repasses aos Poderes. Mas aí entro de novo na discussão que o Secretário Gustavo falou com relação também a mesma coisa do Executivo, não é só o repasse mas a eficiência de como está se gastando.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - Congelamento resolve, sobrando um bilhão? Vai sobrar de novo!

O SR. SENERI KERNBEIS PALUDO - Não resolve, mas ameniza. Nós temos que ir aos passos. Uma solução sozinha não irá resolver o problema do Estado. São várias ações em conjunto que nós vamos ter que resolver.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - O sacrifício tem que ser de todos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Secretário Seneri Paludo.

Registro a presença do Sr. Manoel Antônio Garcia Palma, representante da OAB.  
Muito obrigado pela presença.

Dando continuidade, com a palavra, o Sr. Jonas Alves de Souza, Presidente da Associação Comercial de Cuiabá.

O SR. JONAS ALVES DE SOUZA - Boa tarde, senhoras e senhores...  
...S/TMR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - ... Com a palavra, o Sr. Jonas Alves de Souza.

O SR. JONAS ALVES DE SOUZA - Boa tarde, senhoras e senhores, caros Deputados Zé Domingos Fraga e Dilmar Dal Bosco, Srs. Secretários Seneri Paludo, Gustavo de Oliveira, Carlos Rocha, é um prazer estar aqui neste debate discutindo o futuro de Mato Grosso.

A minha conversa é bem rapidinha. Eu não vou entrar em detalhes das coisas...

Sr<sup>a</sup> Promotora, desculpe-me, como estava atrás do Secretário Gustavo de Oliveira...

A minha preocupação é de nós criarmos um ambiente que seja um ambiente favorável para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. O Estado provedor não existe mais, e nós temos que trabalhar essa questão, temos que discutir isso profundamente.

Quando se fala em aumento de carga tributária joga para a população novamente, para todos nós pagarmos a conta. Até quanto nós estamos dispostos a pagar novamente. Então, estamos discutindo reforma tributária, discutindo vários assuntos, que não vou me ater a isso, porque o assunto hoje é outro, mas ele está interligado. Então, é preciso confiar no Governo e confiar nas pessoas que estão ocupando os cargos, que ocupam para que tenham a coragem de tomar as atitudes para frente. O que está para trás passou, serve como história que nós vamos balizar o futuro, porque nós vamos tomar as decisões aqui, daqui para frente, para dar o resultado que esperamos.

E nós esperamos que Mato Grosso volte a crescer, nós esperamos que Mato Grosso equilibre suas contas, nós esperamos que Mato Grosso tenha a capacidade de investimento, que hoje não está fazendo investimento nenhum. Então, se o Estado, como locomotiva da economia desse Estado, precisa estar investindo. E não está investindo, e faz tempo, que está investindo pouco. Então, muito pelo contrário, nós temos muitos problemas para resolver para o futuro para daí voltar a investir, pelo o que nós estamos sentindo. Então, temos que equilibrar essas contas, imediatamente, procurar de alguma maneira... E olha que nós, da maneira empresarial de pensarmos, temos que olhar para dentro, porque é muito fácil pegar e aumentar uma alíquota jogar para a população novamente o aumento para vir mais receita. E, amanhã, será outra vez; depois outra e depois outra, porque nós não tratamos dos assuntos como deveríamos ter sido tratados nas épocas apropriadas.

Agora estamos numa época em que nós estamos forçados a fazer isso. Ou faz ou faz. Então, daí, o Secretário Gustavo de Oliveira colocou a questão do limite do teto. Isso tem consequências para lá e para cá, como analisou, mas o fato .../nns

1010au37.nns

O SR. JONAS ALVES DE SOUZA - ... Secretário Gustavo de Oliveira colocou a questão do limite do teto, isto tem consequências para lá e para cá como analisou, mas faz isso ou não porque se não fizer, ficará pior.

Tem sempre alguma coisa a nos obrigar. Parece que no nosso País somos obrigados a fazer alguma coisa, porque se não faz, e sempre é mais cômodo não tomar a atitude, muitas vezes até impopular.

É mais fácil pensar em uma futura eleição, pensar no passo seguinte, na sua carreira. Tomar a atitude que precisa naquele momento, pois o caixa não espera.

Também aquela história diária dos compromissos, precisamos ter coragem para tomar estas atitudes e nós do setor empresarial, do Sistema de Associações Comerciais do Estado de Mato Grosso esperamos que o Governo tome estas atitudes. Que esta Casa de Leis aprove e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

contribua com sugestões viáveis para que possamos encontrar o equilíbrio econômico deste Estado. É isto que esperamos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado Sr. Jonas Alves de Souza.

Pergunto a algum dos dois Secretários se queiram fazer algum questionamento? Até em função da hora.

Dispensa.

Obrigado.

Sr. Orlando Francisco, quer fazer uso da palavra? Em três minutos, bem objetivo.

O SR. ORLANDO FRANCISCO - Deputado Zé Domingos Fraga, depois de falar e ouvir a resposta dos Secretários, ficaram dois pontos sem responder.

Tudo bem que a receita do imposto de renda aparece como deveria aparecer com arrecadação de encargos na receita direta, mas o que ficou sem responder foi a questão dos pensionistas e segurados, se continua pagando pelo tesouro.

Para os segurados e pensionistas onde está a receita? Que era descontada inclusive do pensionista e do segurado, que paga a partir do teto. Quem está na ativa paga 11% do valor integral.

Este recurso não aparece no detalhamento do que é feito com este recurso.

O custeio pelo tesouro do Estado, desde a primeira vez, que fizemos esta intervenção, esta pergunta nas audiências que houveram por fora.

Por isso que coloquei a questão de metodologia.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado.

Deixe-me registrar a presença e já convidá-lo à Mesa, Deputado Wagner Ramos.

Registrar a presença do Prefeito eleito Mauro Rui Heisler. Seja bem-vindo a esta Audiência Pública.

Com a palavra, o Secretário Adjunto do Tesouro Estadual, Carlos Antonio da Rocha.

O SR. CARLOS ANTONIO DA ROCHA - Estivemos com a nossa equipe no ano passado explicando...

S/ drm

1010au38.drm

O SR. CARLOS ANTONIO DA ROCHA - ...Estivemos com a nossa equipe no ano passado explicando junto a Secretaria de Educação os critérios de cálculos especialmente do imposto de renda, sei que esteve presente elaborando uma nota técnica e ela foi entregue ao sindicato e a própria Secretaria de Educação, podemos fazer isso novamente.

As despesas com aposentados e pensionistas no que tange o calculo de despesa com pessoal, /// no percentual Lei de Responsabilidade Fiscal não fazem composição, ela são excluídas, você vai ver que a uma exclusão lá no final dessas despesas.

Então, o que acontece, não afeta o calculo das despesas com pessoal, no tange o calculo comparativamente o mínimo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, as obrigações com aposentados e pensionistas.

Mas uma vez, nós tivemos aqui o nosso pessoal a Nece Cristina e o Willhrtton esteve junto ao fórum explicando os critérios de calculo. Se for necessário podemos reproduzir

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

novamente esse nota técnica e podemos fazer uma agenda para que esses esclarecimentos melhor detalhado junto ao fórum.

Então, continuamos a disposição, mas creio que deve ser algum detalhe que de repente com um bom apontamento técnico vai subtrair ou retirar essas dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS GRAGA) - Obrigado, Secretário Carlos. Deixa eu fazer um pequeno comentário, até porque me parece que não tem mais ninguém escrito, mas se tiver nós temos Audiência Pública até 17:h.

Mas é percebido Secretário Gustavo, Secretário Seneri, realmente que houve uma melhoria nos números tanto em relação ao mesmo período do ano de 2015, em relação a 2017, e se você tanto no que desrespeito a receita corrente líquida, a despesa total e o gasto com pessoal, haja vista esse esforço do Governo, mas que ainda não foi suficiente para nós termos estado que de segurança, não só os servidores públicos mas a sociedade mato-grossense geral, nós percebemos que os números não melhoraram de forma até significativa, mas infelizmente com relação o gasto com pessoal que pese algumas medidas que foram tomadas, nós tivemos a melhoria do primeiro quadrimestre para o segundo quadrimestre, Secretário Seneri de 0.11%, ou seja, tivemos evoluindo trezentos e vinte milhões de reais, que queira sim ou queira não, em que pese ...s/cms...

1010au039.cms

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - ...que queira sim ou queira não, em que pese em percentual é pouquinho, mas em custo real é bastante significativo.

Em função dessa questão, Secretários Seneri e Gustavo, eu pergunto: para que nós possamos satisfazer o art. 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal, além dessa perspectiva nós temos ferramenta de eficiência pública, o Estado está preparado, Secretários Gustavo e Seneri, para cumprir com os arts. 21 e 22 da referida lei? Está preparado para cumprir com esses artigos, principalmente, o art. 22! Caso contrário tem que adentrar no art. 23, além de trabalhar essa ferramenta da eficiência da gestão pública, o que está se fazendo, o que se está fazendo para que nós possamos aumentar a receita sem aumentar imposto, sem criar novos impostos?

Como fazer, como disse o Secretário Seneri, de contabilização para melhorar a performance da receita nossa e dentro dessa contabilização, o que é mais prejudicial, nós contabilizarmos como receita corrente líquida o FETHAB das commodities, ou temos que enfrentar os arts. 21, 22 e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou repassar 14% aos Poderes? O que é mais prejudicial ao governo neste momento de crise econômica e diminuição, principalmente, do repasse do governo no que diz respeito as transferências voluntárias, dentre elas FEX e principalmente recurso do SUS?

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Bom, Deputado, primeiro, não é uma medida que irá nos enquadrar, é um conjunto de medidas. Isso está sendo debatido com a equipe econômica do Estado, nós temos medidas contábeis que são possíveis de serem feitas dentro da legalidade e nós temos medidas de incrementos de receita.

Se o segundo FEX vier este ano que é um fato inédito, nós recebemos duas parcelas do FEX no mesmo ano, isso já constitui um aumento de receita real ainda este ano. Nós precisamos além disso avançar na questão do apoio da União aos Estados, porque se por um lado orçamentário a coisa vai mal, do lado da disponibilidade financeira dos Estados ainda é pior.

Vamos lembrar que tem quinze estados que neste momento não conseguem pagar a folha em dia; temos três estados que eu diria que já estão em colapso, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

...s/rof...

1010au40.rof

O SR. GUSTAVO DE OLIVEIRA - ...em colapso, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e agora Minas Gerais. Mais quatro devem entrar, felizmente Mato Grosso ainda não está nesta leva, mas este momento irá chegar.

É um conjunto de medidas, estamos discutindo isto já há alguns dias com o Governador e estas medidas devem tão logo ser validadas e tenhamos a mensuração do impacto delas e nós possamos divulgar isto para toda a sociedade.

Quanto ao FETHAB, o ideal seria que ele pudesse compor a receita corrente líquida, mas que pelo menos emergencialmente para 2017 ele escapasse ao cálculo do percentual do duodécimo, penso que este é um acordo possível, já bem adiantado ...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - me parece que há um consenso do congelamento, se tem congelamento não tem excesso.

O SR. GUSTAVO DE OLIVEIRA - ...exatamente, então se isso for um consenso entre os poderes, não queremos de forma alguma impor isto, mas tem que ser uma negociação e aqui eu quero ressaltar mais uma vez o papel que estas reuniões a cada quinze dias, a cada mês com o tesouro, tem tido nesta construção, a conscientização de todos de que é um problema que bateu a nossa porta, não temos a culpa dele, mas temos que propor soluções.

Por último Deputado, penso que nós realmente temos que avançar na agenda da eficiência, insisto neste ponto. Não é possível, nós sempre discutimos, sentamos para discutir isoladamente e cada seguimento da sociedade tem o seu ponto de vista. O empresário não aguenta mais aumento de imposto, o servidor quer seu reajuste, seu RGA, quer as progressões de carreira, o governo quer fazer frente aos programas que o governador se comprometeu com a sociedade em fazer, o Governo Federal quer o ajuste fiscal. Cada um dos atores puxa para um lado, se nós não acharmos um ponto comum de convergência do que é possível, não tem avanço.

O que quero dizer é que o executivo está disposto a fazer este debate, este enfrentamento, penso que é um esforço de toda a sociedade o que nós não podemos é aceitar o modelo onde legitimamente servidores públicos fizeram concurso, tem direito a sua estabilidade, tem direito as suas progressões de carreira, mas do outro lado o conjunto da sociedade, o total de ICMS arrecadado no Estado já não é suficiente para fazer frente a despesa de pessoal do Governo do Estado.

Há um problema no modelo. O problema naturalmente não está no servidor, que fez o concurso público, que trabalha, que faz por merecer os seus vencimentos e os seus reajustes. Mas o problema também não está na sociedade que aguenta uma das maiores cargas tributárias mundiais. Eu vi ainda ontem na folha de São Paulo, é quase 50% acima da carga Argentina, se formos comparar em termo da America do Sul é um absurdo. Nós temos que discutir o modelo...S/lcb

1010au41.lcb

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ...Nós temos que discutir o modelo, sem isso não tem salvação ao longo prazo. Então, esse é o ponto. Acho que o Seneri Paludo poderia complementar.

O SR. SENNERI PALUDO - Só para complementar. No curto prazo, Deputado, são duas ações, super simples. Uma ação é dinheiro novo. Nós só vamos enquadrar em 49 se tiver

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

dinheiro novo. Por isso do nosso trabalho e do nosso esforço com relação a receita nossa que nos cabe nesse latifúndio, e com relação também a receita do Governo Federal que também nos deve, seja a questão da repactuação, seja a questão do FEX, seja a questão do fundo emergencial, mas, ou seja, nós precisamos botar dinheiro novo no caixa porque senão a situação para o enquadramento fica muito difícil.

E a segunda medida, como Vossa Excelência já falou, são medidas contábeis, e aqui eu quero destacar duas medidas contábeis. Uma Vossa Excelência colocou também que é a questão do FETHAB mantendo a sua destinação, mantendo o seu recurso oriundo, hoje como está diretamente para transporte e habitação, mas ele entrando no cálculo como receita corrente. Ou seja, precisamos Del, e aí precisa dessa Casa de Leis calculando ele como a receita corrente. E a mesma coisa depósitos judiciais, depósitos judiciais também ele precisa calcular como receita corrente para termos esse espaço, vamos dizer assim, fiscal maior dentro do processo. A médio prazo o trabalho que nós estamos tendo muito esforço de fazer é a reforma tributária do Estado para termos uma equalização maior, e aí com um entendimento de você distribuir maior essa carga tributária e tudo mundo pagar, se todo mundo pagar, tecnicamente, todo mundo paga menos.

Então, é isso que nós temos trabalhado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Secretário. Mais uma pergunta: Dentro dessa perspectiva e desse esforço de ajuste, o Secretário de Planejamento Gustavo falou sobre a Lei Orçamentária encaminhada para esta Casa. Dentro de todas as unidades orçamentária, Secretário, praticamente todas as unidades orçamentárias vale poucas exceções, todos orçamentos foram negativos em relação ao exercício findo. As unidades orçamentárias que mais cresceram, se não me falha a memória, foi SISLOG que cresceu em média de setenta e pouco por cento em função do FETHAB, serviços e encargos na Secretaria de Gestão que cresceu cento e oito por cento, e comunicação que cresceu em média trinta e oito por cento. Todas as demais secretarias tiveram crescimento negativo, dentre ela uma secretaria que sempre tenho defendido uma melhor participação no bolo tributário, que é a agricultura, que tivemos uma redução de quase cinquenta por cento, cinquenta por cento nessa secretaria.

Eu tenho até dito que é difícil trabalhar essa Lei Orçamentária, e me comprometi comigo mesmo que não vou fazer...  
...s/asg...

1010au42.asg

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) -...comigo mesmo que não vou fazer Emendas. Eu sou um dos Deputados que mais apresenta Emendas em todas as peças orçamentárias do Governo. Mas, infelizmente, estou impedido pela forma a qual ela adentrou nesta Casa.

A Secretaria de Saúde, como disse aqui o Oscarlino, teve um aumento de menos 9%, 8,39%, em um orçamento em torno de um bilhão e quinhentos milhões de reais. Sendo que hoje nós precisamos de quarenta e pouco milhões, quase cinquenta milhões para corrigir o passivo dos hospitais regionais que estão prestes a entrar em greve. Além disso, nós temos um furo de mais de trezentos milhões e nós precisaríamos de um bilhão e oitocentos milhões para tocar a saúde, até porque 12% não financiam mais a Saúde no Estado.

Em que pese o esforço do Governo, no quadrimestre passado ele gastou 11.93% e, agora, gastou 12.8%. Ou seja, está gastando o mínimo, o mínimo que são os 12% e 12% não financia a saúde.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

O que fazer?

Inclusive, fiz uma proposta que nós poderíamos muito bem agora nesse mês de dezembro, janeiro e fevereiro não tocarmos obras. Não temos como tocar obra em função do período chuvoso e nós poderíamos socorrer dessa única fonte que nós temos de investimento que é o FETHAB para que pudéssemos resolver o problema do passivo na saúde, mas é sabido que não resolverá o problema como um todo até porque, mesmo se metermos as mãos em três meses no recurso do FETHAB, 100%, no ano que vem nós teremos problema novamente da saúde até porque nós precisamos de um bilhão e oitocentos milhões de reais.

O que fazer com a saúde pública do Estado de Mato Grosso?

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Permita-me duas observações, Deputado.

Primeira, este Governo desde o começo da sua gestão tem se comprometido no apoio aos municípios. É sabido que nós desde o começo da gestão dobramos os valores repassados à atenção básica dos municípios e absolutamente nós não temos um retorno no aumento da prestação e da qualidade da prestação do serviço de Atenção Básica de Saúde à população ou, pelo menos, não se demonstrou isso.

Quero sugerir a esta Casa de Leis, como uma das apoiadoras do Projeto, é que nós pudéssemos verificar o que está acontecendo.

A mesma coisa com a parcela do FETHAB que vai para os municípios. Nós já fizemos esse repasse aos municípios. A tese era que isso iria suprir as necessidades de infraestrutura dos municípios e não me parece ter acontecido a contento. Então, nós precisamos fazer essa verificação.

O Nasser Okde é um dos competentes técnicos da Casa e tem acompanhado esses números...s/dmm

1010au43.dmm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -... Nasser Okde é um dos competentes técnicos da Casa e tem acompanhado esses números. Não é, Nasser? São recursos que hoje fazem falta ao Tesouro do Estado e que tem que se reverter em serviços à população, em infraestrutura e em saúde. Fora isso, o que nós podíamos bem de maneira importante entender não só o TETHAB, mas o que mais ser adiado, contingenciado ou suspenso para fazer frente a isso.

Eu tenho dito, Deputado, é assim, não tem milagre, o que tem é muito trabalho para ser feito para atendermos as demandas emergenciais. Esses trezentos milhões não vão cair do céu, isso tem que sair de algum lugar e o quanto antes nós nos debruçarmos para buscar esses trezentos milhões, mais cedo vem o alívio na saúde.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - O Secretário Seneri Paludo quer complementar?

Eu indago aos senhores da plateia se querem fazer uso da palavra, até porque nós não temos mais inscritos. O Jair está doido para falar...

Com a palavra, o Sr. Manoel Antônio Garcia Palma, Toco Palma, que dispõe de três minutos.

Jair, o senhor quer conversar pessoalmente com o Secretário?  
(O SR. JAIR DEL SANTO RESPONDE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

O SR. MANOEL ANTÔNIO GARCIA PALMA (TOCO PALMA) - Boa tarde, Srs. Deputados, Secretário Seneri Paludo, Secretário Gustavo Oliveira, representante do Ministério Público.

A Ordem dos Advogados do Brasil sempre vem a esta Casa auxiliar os Deputados. Nós, como Presidente da Comissão de Assuntos Legislativos junto com a Comissão de Direitos Tributários nós fizemos um trabalho, Deputado, junto com a Procuradoria e com uma Câmara Setorial Temática que existe nesta Casa a respeito do Decreto 380, que está sendo discutido agora, e também do primeiro REFIS que foi mandado a esta Casa.

O primeiro REFIS esta Casa devolveu para o Governo e o segundo foi aprovado também com vários fundamentos. Nós queremos alertar também os contribuintes, nós vimos um erro do passado, que foi o FUNED que foi declarado inconstitucional que Secretário Gustavo de Oliveira deixou bem claro aqui.

A OAB sempre quis e quer ajudar todos os governos, não estamos querendo falar no governo passado e também do governo atual e dos futuros governos que virão.

Então, Secretário Gustavo de Oliveira, Secretário Seneri Paludo, eu pergunto para vocês: o FUNED já teve um erro de constitucionalidade...

...S/TMR

1010au44.tmr

O SR. MANOEL ANTÔNIO GARCIA PALMA (TOCO PALMA) - ... eu pergunto para Vossas Excelências.

O FUNED teve um erro de inconstitucionalidade. Nós tivemos um REFIS aprovado agora no final do ano, no ano passado ele foi aprovado também, nós não sabemos qual foi o montante dessa arrecadação do REFIS. Para você fazer um outro REFIS, você tem que mostrar um impacto orçamentário na LDO e na LOA, e a OAB quer saber, nós estamos aqui para ajudar. Vossa Excelência tem sempre acompanhado o nosso trabalho, a nossa luta, e nós estamos aqui para ajudar a Assembleia Legislativa e o Governo. Então, sem que o contribuinte fique prejudicado.

O papel da OAB é esse, que o contribuinte não fique prejudicado no final, como foi prejudicado no FUNED, como vai ser prejudicado, Secretário Gustavo de Oliveira, Secretário Seneri Paludo, lá na frente com o REFIS. Têm vários pontos do REFIS que geram a inconstitucionalidade. Eu estou falando, Deputado, os contribuintes que amanhã ou depois que já estão sendo feitos, eu como advogado no meu escritório de advocacia já têm clientes procurando, já fizeram REFIS, e lá na frente. “Ah, mas vamos ter problema?” Olha, é o risco que vocês estão correndo. Lá na frente pode ter o risco de inconstitucionalidade e vão ter que devolver o dinheiro ou o Estado vai ter que fazer um acordo com ele. Então, Secretário Gustavo de Oliveira, Secretário Seneri Paludo, vamos estudar um meio que os contribuintes não sejam prejudicados.

E também vou fazer uma pelo aqui.

Quando trazer à baila a esta Casa não ficar fechado a reforma tributária. Eu já comecei a estudar no papel e se dê certo Mato Grosso vai ser destaque no país. Então, quando trazer a esta Casa e começar a discutir a reforma tributária. Eu quero dizer que o papel da OAB é ajudar o Governo do Estado, é ajudar o Estado de Mato Grosso. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Palma.

Pergunto aos Secretários Seneri Paludo e Gustavo de Oliveira se querem fazer alguma colocação?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

O SR. SENERI PALUDO- Obrigado, pela colocação especificamente em relação à inconstitucionalidade do REFIS e em relação à reforma tributária, eu anotei os dois pontos aqui em suma.

Em relação à questão do REFIS, realmente tem um ponto que ainda está pendente no REFIS, que são as Mensagens nºs 56 e 57. Por isso que as mandamos junto com o REFIS para a aprovação.

Aprovando as Mensagens nºs 56 e 57, isso daqui nós conversamos longamente dentro desta Casa, você não tem uma inconstitucionalidade do processo do REFIS. Esse é o grande ponto, porque como você mesmo bem disse, ele inha .../nns

1010au45.nns

O SR SENERI PALUDO - ... inconstitucionalidade do processo do REFIS, este é o grande ponto porque tinha que estar calculado dentro da LOA, por isso esta alteração que até foi colocado de 1,4 para 1,7 bilhões

É importante colocar, Deputado Zé Domingos Fraga, aquele compromisso que foi feito junto o Executivo com o Legislativo que tem a aprovação da Mensagem 56 e 57, exatamente para dar toda a legalidade e o contribuinte ficar tranquilo.

Com relação à Reforma Tributária, já tivemos algumas oportunidades de conversar junto à equipe da fundação Getúlio Vargas que foi contratada e está trabalhando. No dia 20 de outubro, ela traz a minuta escrita para passar à sociedade civil-organizada do qual a OAB está junto para discutir os pormenores antes de encaminhar para esta Casa.

Ainda não encaminhou porque, na verdade, a minuta não está pronta, tivemos a decisão de tomar um pouquinho mais de cautela em ter a minuta pronta para discutir em cima da minuta, não só em cima dos conceitos.

Agradeço a sua contribuição e com relação à minuta, assim que ela estiver pronta, na data que estamos esperando, no dia 20 de outubro, começamos a circular a minuta para todo mundo fazer suas contribuições.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JUNIOR - Lembrando que os conceitos já foram apresentados a toda a sociedade. Já fizemos uma reunião para isto, próximo passo é essa minuta que é o que o Paludo está conversando.

O SR SENERI PALUDO - Temos algumas dúvidas, daria para fazer outra audiência pública e vai ter que ser necessária, Deputado Zé Domingos Fraga, depois que tivermos esta minuta porque existem muitas dúvidas ainda com relação, principalmente, enquanto a guerra fiscal existir entre os Estados, mas sem dúvida nenhuma este é um outro tema para discutir.

O Estado, o Executivo do Estado de Mato Grosso não abre mão de fazer esta Reforma Tributária tão necessária para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Deixe-me até aproveitar e passar a palavra para o Jair Del Santo fazer uma pergunta.

Se não me falha a memória, Sr. Secretário Gustavo de Oliveira, na Lei de Responsabilidade Fiscal, não sei se o Art. 67 ou artigo oitenta e o pouco que exige a criação do Conselho de Eficiência Fiscal, acho que todo Estado brasileiro que tem este conselho...

E o Governador Pedro Taques tem demonstrado a transparência na gestão fiscal com os números do estado. O Estado tem interesse em ser vanguarda com relação a criar este conselho de eficiência fiscal?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º**  
**QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.**  
**(TEXTO SEM REVISÃO)**

---

O SR. GUSTAVO DE OLIVEIRA - Total Deputado Zé Domingos Fraga, vamos levar isto ao Executivo, temos uma reunião importante esta semana com o Governador, vamos anotar, levar esta sugestão, acho que é importante, talvez seja uma das respostas necessárias.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Vou aproveitar e fazer uma indicação para a Sessão de amanhã.

Jair Del Santo, o Sr. tem três minutos, você fala bastante, três minutos.

O SR. JAIR DEL SANTO - Boa tarde Deputado...

S/ drm

1010au46.drm

O SR. JAIR DEL SANTO -.. Boa tarde Deputado e demais Deputados, mulher, a mulher que possa estar representando a imprensa, enfim em todo rincão de Mato Grosso.

Eu só quero dizer que nós temos um controle globalizado, controle que tem a saúde estaca zero, porque vocês sabem muito bem.

O Secretário de Saúde esteve presente junto com Deputados, e com Governo e que possam estar fazendo este ano cumprir...a empresa que vai estar sucateado em mais de duzentos, quer dizer está desviando... quer dizer duzentos funcionário. Só dizer que o centro de reabilitação foi feito, aqui com função, sendo centro de reabilitação Dom Aquino Correa. A CCJ na gestão passada teve a fundação centro de reabilitação Dom Aquino Correa. E os idosos que foram aprovados na APAE e Pestalozze, enfim, quero dizer que temos o compromisso de estar presente.

A ozonioterapia que foi fundada na Alemanha e que foi implantada aqui também, que vai ser implantada imediatamente este ano, isso quero dizer que nos como contribuinte paga o imposto de forma qualitativa, quero dizer que nós temos o compromisso de ter a obrigação e ai nós como Deputado Zé Domingos Fraga, e o Secretário de Planejamento e a representante do Ministério Público, e o Secretário da Fazenda possa aqui contribuir, enfim, nós temos o compromisso de estar presente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Jair, vamos fechar com chave de ouro. Como não tem mais ninguém que queira fazer qualquer tipo de questionamento, quero agradecer a presença dos Deputados: Silvano Amaral, Dilmar Dal Bosco, Carlos Avalone, Valdir Barranco, Wagner Ramos, e o Secretário de Estado de Fazenda, Seneri Paludo, Secretário de Planejamento, Gustavo de Oliveira, quero agradecer a presença pela primeira vez conforme disse aqui o Oscarlino, do Ministério Público. Não! O Mauro vinha muito no ano passado, o Mauro vinha e ficava quieto, não falava a Dr<sup>a</sup> Ana Karine, participação bem melhor do que do Dr. Mauro, com todo respeito, Carlos Rocha, Secretário de Adjunto do Tesouro da SEFAZ, João Batista Pereira de Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciário, Antônio Palmas, representante da OAB, Jonas Alves de Souza, representante da Associação Comercial, enfim, agradecer a presença de cada um de vocês.

Só nos resta declarar a nossa Audiência Pública, totalmente encerrada. Obrigado!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º  
QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14:00 H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:

- Luciane Carvalho Borges;
- Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Tânia Maria Pita Rocha.
- Nerissa Noujain Salomão Santos;
- Dircilene Rosa Martins;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Rosilene Ribeiro de França;
- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;

- Revisão:

SEM REVISÃO